



FACULDADE METROPOLITANA
NORTE RIOGRANDENSE

FACULDADE METROPOLITANA NORTE
RIOGRANDENSE DIRETORIA DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MICARLA COSTA DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DA DISLEXIA PARA A
INCLUSÃO E O SUCESSO ESCOLAR DE CRIANÇAS**

NATAL- RN
2024

MICARLA COSTA DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DA DISLEXIA PARA A
INCLUSÃO E O SUCESSO ESCOLAR DE CRIANÇAS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense
(FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do
título de graduado (a) em Pedagogia.

Orientador (a): Professora Ms. Liliane Silva
Câmara de Oliveira

Coorientador (a): Professora Dra. Andrezza Maria
Batista do Nascimento Tavares

NATAL/RN
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Immanuel Kant – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

S729i Souza, Micarla Costa de.

A importância da identificação precoce da dislexia para a inclusão e o sucesso escolar de crianças / Micarla Costa de Souza. – Natal, 2024.

54 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Departamento de Pedagogia. Natal, RN, 2024.

Orientadora: Profa. Ms. Liliane Silva Câmara de Oliveira.

Coorientadora: Profa. Dra. Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares.

1. Educação Infantil – Monografia. 2. Educação Especial – Monografia 3. Dislexia – Monografia. I. Oliveira, Liliane Silva Câmara de. II. Tavares, Andrezza Maria Batista do Nascimento.

CDD – 370

CDU – 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira – CRB – 15/925

Índice de catálogo sistemático:

1. Educação – 370
2. Educação. Ensino. Instrução – 37

MICARLA COSTA DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DA DISLEXIA PARA A
INCLUSÃO E O SUCESSO ESCOLAR DE CRIANÇAS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense
(FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do
título de graduado(a) em Pedagogia.

Monografia apresentada e aprovada em 10/01/2025, pela seguinte Banca
Examinadora:



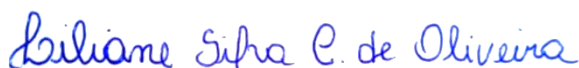
Prof. Ms. Adriana Mônica Oliveira
Faculdade Metropolitana Norteriograndense - FAMEN



Esp. Otacílio Marcelino do Nascimento
Faculdade Metropolitana Norteriograndense - FAMEN



Co-orientadora Profa. Dra. Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN



Orientadora Professora Ms. Liliane Silva Câmara de Oliveira
Faculdade Metropolitana Norteriograndense - FAMEN

**NATAL/RN
2024**

EPÍGRAFE

“Educar verdadeiramente não é ensinar fatos novos ou enumerar fórmulas prontas, mas sim preparar a mente para pensar”.
(Albert Einstein).

AGRADECIMENTOS

Expresso minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço a Deus, cuja luz e sabedoria me guiaram em toda essa jornada. Sem a fé e a força recebidas, não teria conseguido enfrentar os desafios que surgiram.

Agradeço aos Orixás, que sempre estiveram presentes em minha vida, trazendo proteção e inspiração. Senti suas bênçãos me acompanhando a cada passo e sou eternamente grata por isso.

Um agradecimento especial as minhas orientadoras, Professora Liliane Câmara e Adriana Mônica pela orientação valiosa, paciência e apoio constante. Seus conselhos e críticas construtivas foram fundamentais para o desenvolvimento deste projeto.

À minha família, meu profundo agradecimento pelo suporte emocional e encorajamento. Sem o amor e a compreensão de vocês, eu não teria conseguido superar os desafios desta jornada. Um reconhecimento especial à minha mãe, dona Marli, cuja sabedoria e incentivo inabaláveis foram cruciais para meu sucesso. Você sempre acreditou em mim e me motivou a enfrentar os desafios com coragem.

Ao meu companheiro, Marcelo Oliveira, sou imensamente grata por ser meu porto seguro em momentos desafiadores. Sua paciência e amor incondicional foram fundamentais para que eu pudesse avançar mesmo nas dificuldades.

Agradeço à minha madrinha, Alzeneide, pela oportunidade de estágio que me foi concedida. Sua confiança e apoio foram essenciais para meu desenvolvimento profissional e pessoal. Este estágio não apenas me proporcionou experiências valiosas, mas também me ensinou sobre dedicação e comprometimento.

Minhas amigas Joyce Kelly e Meris Cristina também merecem reconhecimento por estarem presentes nos momentos difíceis e por suas palavras motivadoras que mantiveram meu foco e determinação.

Por fim, agradeço à Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) pela formação recebida e pelas oportunidades de aprendizado ao longo do curso. Este trabalho é fruto do esforço coletivo de todos que me apoiaram. A todos que contribuíram direta ou indiretamente, meu muito obrigado!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, dona Marli. Mãe, você é a razão pela qual sou quem sou hoje. Sua força inabalável, amor infinito e sabedoria foram luzes que guiaram meu caminho em cada etapa desta jornada. Em momentos de crise, quando a ansiedade e a depressão quase me fizeram desistir do curso e até da vida, foi você quem esteve ao meu lado, segurando minha mão e me lembrando da importância de seguir em frente. Agradeço por todas as noites em claro que você passou comigo, ouvindo minhas angústias e oferecendo palavras de conforto que aqueceram meu coração. Sua capacidade de entender meu sofrimento e sua determinação em me ajudar a encontrar a luz em meio à escuridão foram fundamentais para que eu pudesse superar aqueles momentos tão desafiadores. Você sempre acreditou em mim, mesmo quando eu duvidava de mim mesma. Este trabalho é uma homenagem ao seu sacrifício e à sua dedicação. A cada conquista minha, sinto que é também uma vitória sua, pois sem o seu amor e apoio incondicional, não teria conseguido chegar até aqui. Te amo profundamente e sou eternamente grata por tudo o que você fez e continua fazendo por mim. Esta conquista é dedicada a você, com todo o meu carinho e gratidão.

RESUMO

A inclusão e identificação precoce da dislexia é fundamental para o sucesso escolar das crianças afetadas. Este estudo analisa a relevância da detecção antecipada e suas implicações no processo de aprendizagem, destacando estratégias que promovem a inclusão e o desenvolvimento acadêmico. A metodologia adotada é qualitativa e bibliográfica, com revisão crítica de estudos acadêmicos sobre o tema, permitindo identificar padrões e fundamentar intervenções. Os resultados indicam que a identificação precoce possibilita intervenções mais eficazes, promovendo o desenvolvimento de estratégias pedagógicas específicas que atendem às necessidades individuais dos alunos. A inclusão de crianças disléxicas em salas regulares, com suporte pedagógico adequado, cria um ambiente inclusivo e propício ao aprendizado. Contudo, persistem desafios, como a falta de profissionais capacitados e a compreensão social limitada sobre o transtorno. As conclusões apontam que priorizar a identificação e inclusão de crianças disléxicas desde os primeiros anos escolares não apenas melhora seu desempenho acadêmico, mas também fortalece sua autoestima e motivação para aprender. O trabalho ressalta a importância da capacitação de educadores, conscientização dos pais e formulação de políticas públicas efetivas. Sugere-se ainda a realização de pesquisas futuras sobre metodologias inclusivas e estratégias pedagógicas que promovam o sucesso escolar desses alunos. Entre os principais autores que contribuíram para a pesquisa sobre dislexia, destacam-se: Snowling (2000), que enfatizou a importância da identificação precoce; Shaywitz (2005), que investigou as bases neurobiológicas do transtorno; Wagner (2007), que explorou a relação entre dislexia e habilidades linguísticas; Barbosa (2009), que abordou as particularidades do contexto brasileiro na inclusão escolar; e Dehaene (2009), que analisou como o cérebro processa a leitura. Esses autores são fundamentais para aprofundar o entendimento das necessidades educacionais dos alunos disléxicos.

Palavras-chave: Dislexia; Inclusão Escolar; Identificação Precoce; Estratégias Pedagógicas; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Inclusion and early identification of dyslexia is crucial for the academic success of affected children. This study analyzes the relevance of early detection and its implications for the learning process, highlighting strategies that promote inclusion and academic development. The adopted methodology is qualitative and bibliographic, with a critical review of academic studies on the topic, allowing for the identification of patterns and the foundation of interventions. The results indicate that early identification enables more effective interventions, promoting the development of specific pedagogical strategies that meet the individual needs of students. Including dyslexic children in regular classrooms, with appropriate pedagogical support, creates an inclusive environment conducive to learning. However, challenges persist, such as the lack of trained professionals and limited social understanding of the disorder. The conclusions point out that prioritizing the identification and inclusion of dyslexic children from the early school years not only improves their academic performance but also strengthens their self-esteem and motivation to learn. The work emphasizes the importance of training educators, raising awareness among parents, and formulating effective public policies. Future research on inclusive methodologies and pedagogical strategies that promote the academic success of these students is also suggested. Among the main authors who contributed to research on dyslexia are: Snowling (2000), who emphasized the importance of early identification; Shaywitz (2005), who investigated the neurobiological bases of the disorder; Wagner (2007), who explored the relationship between dyslexia and language skills; Barbosa (2009), who addressed the particularities of the Brazilian context in school inclusion; and Dehaene (2009), who analyzed how the brain processes reading. These authors are fundamental for deepening the understanding of the educational needs of dyslexic students.

Keywords: Dyslexia; School Inclusion; Early Identification; Pedagogical Strategies; Public Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE Atendimento Educacional Especializado
APA American Psychological Association (Associação Americana de Psicologia)
AVAMEC Associação de Valorização e Apoio à Motricidade e Educação da Criança
BASC Sistema de Avaliação de Comportamento para Crianças
DSM-5 Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais – 5ª edição
IPODINE Instituto Português de Dislexia e Outras Necessidades
LBI Lei Brasileira de Inclusão
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC Ministério da Educação e Cultura
OG Orton-Gillingham
ONU Organização das Nações Unidas
PNE Plano Nacional de Educação
PNEE Política Nacional de Educação Especial
PNEEPEI Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PEE Política de Educação Especial
TDAH Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TCP Teste de Consciência Fonológica
TDL Teste de Desempenho em Leitura
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
WISC Escala Wechsler de Inteligência para Crianças

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA BRASILEIRA.....	15
2.1 Concepções sobre transtorno e dificuldade da aprendizagem.....	20
3 HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA DISLEXIA SEGUNDO A NEUROCIÊNCIA.....	23
3.1 Definição e Conceito de Dislexia.....	26
3.2 Subtipos de Dislexia.....	27
3.3 Políticas Públicas e Legislação Para Inclusão de pessoas com dislexia na educação.....	31
4 IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DA DISLEXIA: diagnóstico e sucesso.....	34
4.1 Métodos de Diagnóstico.....	36
4.2 Desafios enfrentados por alunos com dislexia.....	38
5 SUPERANDO DESAFIOS: estratégias e apoio para alunos.com dislexia na educação.....	40
5.1 Estratégias multidisciplinares para crianças com dislexia.....	43
6 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	46
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os transtornos específicos da aprendizagem têm recebido maior atenção devido ao aumento do número de crianças identificadas com dificuldades que afetam o desempenho escolar. É importante que profissionais da educação, pais e sociedade em geral tenham conhecimentos sobre os transtornos específicos e dificuldades da aprendizagem que um indivíduo pode ter. A identificação precoce dos transtornos de aprendizagem pode amenizar os impactos provocados no desenvolvimento acadêmico e emocional da criança.

É natural que crianças que estão começando a fase escolar encontrem algumas dificuldades no processo de aprendizagem, as quais podem estar relacionadas às mudanças de hábitos, ambiente familiar ou de rotina. Normalmente as dificuldades fazem parte de uma fase de adaptação da criança frente às novas atividades, porém se essas dificuldades persistirem ocasionando um atraso no desempenho, uma investigação deve ser realizada com o intuito de identificar as causas ou fatores que estão comprometendo a aprendizagem.

É necessário que ao se identificar uma situação de dificuldade de aprendizagem, o indivíduo receba uma atenção especial do educador, visando visualizar a causa ou o problema que interfere na aprendizagem. É necessário destacar que dificuldade de aprendizagem não é equivalente a transtorno de aprendizagem, o que gera uma certa complexidade ao abordar essa questão. Pais e professores não são especialistas em distúrbios, mas podem identificar tais dificuldades, e ao perceberem, devem buscar o auxílio de alguns especialistas como: psicólogos, psicopedagogos e neurologistas, para que o indivíduo possa receber o tratamento adequado conforme a especificidade de cada distúrbio.

Dificuldade de aprendizagem, é um termo genérico para descrever a defasagem de aprendizado na aquisição de uma ou mais competências, mas sem uma causa evidente. Em compensação, os transtornos de aprendizagem referem-se a problemas relacionados a deficiências sensoriais e intelectuais que dificultam esse processo (Souza, 2018). Os transtornos de aprendizagem são caracterizados pela dificuldade de leitura, escrita ou cálculos de forma isolada, ou associada. As dificuldades podem ser causadas por problemas de ordem neurológica, como os distúrbios de aprendizagem, entre os quais se destacam a discalculia, a disgrafia e a dislexia, sendo este último um dos mais diagnosticados. O professor deve atuar de forma objetiva na minimização dos danos causados pelos distúrbios que geram atraso e dificuldades no desenvolvimento das crianças, e por tanto é fundamental que o profissional receba capacitação para compreender as diversas realidades do ambiente escolar.

Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa é analisar a importância da identificação precoce da dislexia no contexto educacional, enfatizando estratégias que promovam a inclusão e o sucesso escolar de crianças afetadas. Para alcançar esse objetivo, foram investigados os principais sinais e sintomas que facilitam o diagnóstico no ambiente escolar, diferenciando as dificuldades de aprendizagem dos transtornos específicos, como a dislexia. Além disso, o estudo examinou a função dos educadores e as estratégias pedagógicas necessárias para incluir esses alunos em salas regulares, à luz das políticas públicas vigentes. Por fim, propõe-se práticas pedagógicas e metodologias de intervenção que busquem o desenvolvimento acadêmico e emocional das crianças, promovendo um ambiente educacional inclusivo e adaptado às suas necessidades.

Para abordagem da problemática em torno da inclusão de crianças com transtornos específicos da aprendizagem na educação, a utilização de uma metodologia qualitativa, bibliográfica revelou-se particularmente eficiente. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a metodologia qualitativa permite uma exploração profunda das experiências e percepções dos diversos indivíduos envolvidos, como professores, alunos e familiares. Por outro lado, Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002), defendem que a abordagem bibliográfica proporciona um embasamento teórico sólido, reunindo informações disponíveis na literatura especializada. Dessa forma, espera-se que as estratégias apresentadas nesta pesquisa contribuam para a criação de um ambiente de aprendizado mais inclusivo, que atenda às necessidades individuais de cada estudante e promova seu desenvolvimento integral.

Para a efetivação deste trabalho de pesquisa, busca-se as contribuições de diversos autores que tratam da temática em estudo. Entre os principais, destacam-se autores como Snowling (2000), Shaywitz (2005), Wagner (2007), Barbosa (2009), Dehaene (2009), entre outros que contribuíram para a pesquisa e foram fundamentais para o desenvolvimento de um entendimento mais profundo sobre os desafios e estratégias de inclusão de crianças com dislexia.

A criança dislexa enfrenta vários desafios que impactam seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional. A identificação precoce é crucial para o sucesso escolar, pois permite intervenções adequadas que ajudam a minimizar as dificuldades. Trabalhar a inclusão da criança com dislexia envolve várias problemáticas que afetam os alunos, os docentes e a escola na totalidade. Uma das principais questões enfrentadas é a falta de compreensão e aceitação por parte da sociedade em geral, o que pode levar à exclusão social e ao isolamento; além disso, a escassez de profissionais capacitados e de recursos adequados para o diagnóstico e intervenção precoce também se apresenta como um grande desafio.

Nesse sentido, a análise da produção científica para compreender o cenário desses distúrbios é importante para indicar aos professores as ferramentas necessárias para compreender as causas e sintomas, e assim otimizar a flexibilidade das práticas no ambiente escolar. O presente estudo está estruturado em seis seções, que abrangem desde o contexto histórico da educação inclusiva no Brasil até a identificação precoce da dislexia, incluindo o diagnóstico e o sucesso no processo de aprendizagem.

No que concerne ao aspecto estrutural as seções tratam também das políticas públicas e da legislação para a inclusão de pessoas com dislexia na educação, além dos desafios enfrentados por alunos com essa condição. Por último, são apresentados estratégias e apoio para educadores na inclusão de alunos com dislexia, destacando os papéis fundamentais que desempenham nesse processo. O estudo também inclui uma descrição detalhada da metodologia empregada e culmina com considerações finais que sintetizam os principais achados e reflexões sobre o tema.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA BRASILEIRA

Com o decurso dos anos, a educação tem sido constantemente transformada, tendo como pano de fundo os cenários políticos e sociais. A trajetória histórica do ensino inclusivo no Brasil ocorreu no século XVI, com a atuação de médicos e pedagogos que acreditavam ser possível educar pessoas que até então não podiam ser educadas (Mendes, Pimenta, 2011). Contudo, o surgimento da educação para crianças com deficiência no Brasil se deu inicialmente em instituições no final do século XIX, sob influência das ideias liberais difundidas no final do século XVIII. Seguindo a tradição europeia, em que as Santas Casas de Misericórdia desempenharam um papel importante no cuidado dos pobres e doentes, começando em 1717 a acolher crianças abandonadas até os sete anos. Contudo, não existem registros oficiais de como foram tratadas, assim “pode-se presumir que muitas destas crianças apresentavam defeitos físicos ou mentais, uma vez que as crônicas da época revelam que foram abandonadas em locais infestados por animais que muitas vezes as mutilavam ou matavam” (Jannuzzi, 2004, s.p.).

No Brasil, até a década de 1950, praticamente não se falava em educação especial, tendo suas raízes na necessidade de oferecer suporte a indivíduos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou deficiências. Historicamente, muitas dessas pessoas foram excluídas do sistema educacional regular, enfrentando preconceitos e barreiras significativas. No entanto, ao longo do tempo, houve um movimento crescente em direção à inclusão e à valorização da diversidade. A partir da década de 1970, a Educação Especial passou a ser discutida e implementada por meio de ações conjuntas entre órgãos públicos e privados, além de contar com a regulamentação de órgãos federais e estaduais.

Do ponto de vista da educação inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) do Governo Federal Brasileiro, foi estabelecida em 2008, e se tornou um importante marco regulatório que garantiu a participação de pessoas com deficiência nas escolas regulares. O Decreto de Lei n.º 6.571 de 2008 representa um marco fundamental na educação brasileira ao estabelecer diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este decreto reconhece a importância de uma abordagem inclusiva que assegure o acesso e a permanência de alunos com deficiência na educação regular. Mais do que garantir a inclusão física dos estudantes nas escolas, o decreto busca criar um ambiente educacional que respeite e valorize as singularidades de cada aluno.

Complementando essa iniciativa, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2014, teve como um dos seus principais objetivos garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Essa diretriz está alinhada com as propostas do AEE e visa promover a

formação integral do estudante, considerando não apenas o aspecto escolar, mas também o desenvolvimento social, emocional e cultural. Essa abordagem holística é crucial para que as habilidades interpessoais e intrapessoais sejam igualmente valorizadas.

Um dos impactos mais significativos da perspectiva inclusiva é a ampliação da participação de alunos com atestado médico na rede regular de ensino. Esse avanço representa uma superação importante das barreiras históricas que excluía esses estudantes do ambiente escolar. O PNE orienta ainda a criação de políticas públicas que garantam os recursos e o suporte necessários para implementar efetivamente a educação inclusiva, isso inclui formação continuada para professores, adaptação curricular e fornecimento de materiais didáticos acessíveis (Brasil, 2012).

A promoção da diversidade é uma contribuição valiosa na perspectiva da inclusão, pois reconhece e valoriza as diferenças entre os alunos, criando um ambiente escolar mais rico e dinâmico. A presença de estudantes com diferentes deficiências enriquece a experiência educativa e favorece uma cultura de respeito às diferenças (Brasil, 2009). Essa convivência diversificada ensina os alunos a aceitarem e valorizar as singularidades, promovendo um ambiente mais harmonioso e solidário, sendo fundamental para formar cidadãos mais empáticos e conscientes da pluralidade existente na sociedade.

A adoção de uma abordagem inclusiva traz benefícios consideráveis. Em primeiro lugar, ela desempenha um papel crucial na diminuição do preconceito, já que a convivência de alunos com deficiência em salas regulares ajuda a dismantelar estigmas relacionados à deficiência. Isso promove uma cultura escolar mais receptiva e acolhedora. Além disso, alunos sem deficiência também se beneficiam ao aprenderem desde cedo sobre diversidade e inclusão, desenvolvendo habilidades sociais essenciais para a convivência em sociedade. Outrossim, a educação inclusiva incentiva uma abordagem centrada no aluno, onde cada estudante é visto como único, com suas próprias capacidades e desafios (Brasil, 2014). Essa visão permite que as escolas adaptem suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos. Em suma, tanto o Decreto n.º 6.571/2008 quanto os objetivos do PNE (Brasil, 2014) representam avanços significativos na construção de um sistema educacional mais inclusivo no Brasil.

Segundo o Censo das Escolas da Educação Básica de 2020, o número de alunos pertencentes aos públicos-alvo da Educação Especial nas classes regulares cresceu cerca de 34,7% entre 2016 e 2020 (Brasil, 2021). Segundo o Instituto Datafolha (2019), o crescimento das práticas educacionais inclusivas se fundamenta na abordagem que respeita os direitos das pessoas com deficiência e reconhece que a participação na sociedade traz efeitos significativos

para o desenvolvimento de todas as crianças. Essa perspectiva é corroborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2013), que destaca a importância da inclusão no contexto educacional. Essa perspectiva se alinha a uma agenda internacional pela redução de desigualdades, considerando que desde a década de 1990, surgem iniciativas mundiais para apoiar a inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares.

Um marco importante na promoção da educação inclusiva é a Declaração de Salamanca, elaborada pela UNESCO em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, na Espanha. Esse documento surgiu a partir de um extenso diálogo entre especialistas, educadores, representantes governamentais e organizações não governamentais de várias partes do mundo. O processo colaborativo levou a um consenso sobre a relevância da educação inclusiva para alunos com deficiência em escolas regulares. Seu principal objetivo é combater atitudes discriminatórias e fomentar a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as crianças tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver em um ambiente acolhedor e respeitoso. A Declaração reafirma a necessidade de integrar alunos com deficiência nas escolas comuns como forma de enfrentar preconceitos e promover inclusão social (UNESCO, 1994).

Vale citar mais um movimento significativo que ocorreu em 2006, conhecido como o 'Movimento Internacional pela Inclusão das Pessoas com Deficiência', que culminou na adoção da Convenção das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Nova Iorque. Os países signatários, entre eles o Brasil, assumiram o compromisso de garantir que a inclusão escolar fosse formalizada no país por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI), implementada em 2008. Posteriormente, com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015, houve uma conciliação da Legislação Nacional com a Convenção, estabelecendo legalmente as condições para a implementação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades.

Em 2018, após dez anos da Política de educação inclusiva do Brasil, segundo o Censo Escolar Brasileiro, o número de matrículas da educação especial chegou a 1,2 milhão, um aumento de 70% desde 2008. O percentual de alunos incluídos em salas regulares, que em 2008 era de 54%, passou para 92% em 2018. Esses dados aumentam a responsabilidade da escola, e para auxiliar no processo formativo dos profissionais escolares, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) oferece uma série de formações contínuas gratuitas para professores que atendam aos novos requisitos de aceitação da diversidade por meio do portal AVAMEC (<https://avamec.mec.gov.br>), incluindo Atualização sobre a aceitação de imigrantes e refugiados, Como regular emoções na sala de aula?, Bem-estar em contexto escolar,

Dificuldades de Aprendizagem: Identificação e Intervenção, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Psicopedagogia, Metodologias Ativas para o Ensino entre outros.

O cenário educacional atual exige um olhar para além dos relatórios médicos do público-alvo da educação especial (PEE), além do professor, que deve compreender que as dificuldades de aprendizagem podem afetar a todos, independentemente de saúde, sexo, religião etc. Na perspectiva das dificuldades de aprendizagem, o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM5) em sua 5ª Edição com tradução para a língua portuguesa (APA, 2014) destaca que o processo de aquisição de conhecimento pode ser comprometido por uma variedade de fatores, incluindo aqueles de natureza orgânica. Entre as dificuldades específicas de aprendizagem, destaca-se a dislexia (dificuldade na leitura), a disortografia (dificuldade na escrita) e a discalculia (dificuldade em matemática).

Outrossim, fatores psicogênicos, como traumas emocionais e estresse, podem afetar negativamente a atenção e o foco do indivíduo. Fatores ambientais também desempenham um papel significativo; condições de moradia precárias e a falta de apoio social podem interferir no processo de aprendizado. De acordo com Paín (1985), as dificuldades de aprendizagem podem ser agrupadas em três categorias principais. A primeira é a *orgânica*, que abrange condições específicas como dislexia, disortografia e discalculia. Essas dificuldades têm origens neurológicas e impactam diretamente as habilidades de leitura, escrita e cálculo, dificultando o aprendizado de forma significativa.

A segunda categoria é a *psicogênica*, que está relacionada a traumas emocionais. Esses traumas podem interferir na capacidade de concentração e no desenvolvimento cognitivo, criando obstáculos ao aprendizado e afetando o desempenho escolar. Por último, temos a categoria *ambiental*, que envolve fatores externos que podem prejudicar o processo educativo. Isso inclui condições como moradia inadequada, acesso limitado a oportunidades de trabalho e níveis baixos de participação social. Esses elementos externos podem criar barreiras que dificultam o aprendizado e comprometem o desenvolvimento do indivíduo.

A aprendizagem é estudada cientificamente desde o século passado, embora tenha ganhado mais espaço e destaque no mundo acadêmico entre as décadas de 1950 e 1970. À medida que as pesquisas avançavam, vários conceitos foram sendo introduzidos na tentativa de explicar melhor a aprendizagem e o ensino. Embora existam definições diferentes, é possível concordar que a aprendizagem requer uma relação bidirecional entre o professor e o aluno. Desta forma, ela pode ser mais bem definida como um processo evolutivo e contínuo que envolve múltiplas mudanças no comportamento de um indivíduo, tanto físico quanto biológico, e no ambiente em que ele está inserido (Piaget, 1976; Vygotsky, 1978; Skinner, 1975; Ausubel, 1982).

Sendo a aprendizagem um processo composto por diversos fatores, é importante enfatizar que além do lado fisiológico relacionado, como os processos neurais que ocorrem no sistema nervoso, as funções psicodinâmicas do indivíduo também causam certo equilíbrio em forma de controle e integridade emocional para que o aprendizado ocorra. Porém, o desenvolvimento harmonioso da aprendizagem representa um ideal, uma norma utópica, mais do que uma realidade. Assim, o normal e o patológico na aprendizagem e o equilíbrio psicoafetivo não podem ser considerados como dois estados separados, estritamente separados por um limite ou uma grande muralha (Ajuriaguerra; Marcelli Mööjen, 2001).

Vale ressaltar ainda que as dificuldades de aprendizagem se referem a desafios específicos que uma criança pode enfrentar ao adquirir habilidades escolares, como ler, escrever ou realizar cálculos. Esses desafios podem ser temporários e influenciados por diversos fatores, como o ambiente familiar ou a qualidade do ensino. Por outro lado, um distúrbio de aprendizagem é uma condição mais complexa e persistente que afeta significativamente a capacidade da criança de aprender de maneira eficaz. Esse distúrbio pode envolver uma série de sintomas e requer uma abordagem especializada para garantir que a criança receba o apoio necessário.

Compreender a diferença nas necessidades de aprendizado das crianças é crucial para educadores e pais oferecerem o suporte adequado. Muitos alunos enfrentam dificuldades devido a fatores como problemas na proposta pedagógica, na formação dos professores, questões familiares ou déficits cognitivos. Os problemas nas propostas pedagógicas podem incluir metodologias inadequadas, falta de inclusão, recursos didáticos limitados, avaliações que não refletem o aprendizado real, formação insuficiente dos professores e desconexão com a realidade dos alunos. Essas dificuldades não refletem necessariamente a capacidade do aluno, mas podem ser superadas com o suporte certo.

A presença de uma dificuldade de aprendizagem não deve ser interpretada automaticamente como um distúrbio. É importante entender que uma adversidade pode surgir por diversas razões, como fatores emocionais, sociais ou mesmo contextuais. Quando falamos de dificuldades de aprendizagem, nos referimos a desafios específicos que uma criança pode enfrentar ao adquirir e manter habilidades acadêmicas, como leitura, escrita e matemática. Contudo, isso não implica que essas dificuldades sejam sempre acompanhadas por um conjunto de sintomas característicos de um distúrbio de aprendizagem. Cada criança é única e pode ter diferentes maneiras de aprender; assim, é fundamental que educadores e pais abordem essas questões com sensibilidade e cuidado, buscando estratégias que apoiem o desenvolvimento individual da criança.

2.1 Concepções sobre transtorno e dificuldade da aprendizagem

A aprendizagem é um processo complexo e multifacetado que envolve diversas variáveis que podem influenciar a capacidade de um indivíduo de adquirir, reter e aplicar novos conhecimentos. Compreender esses fatores é crucial para otimizar o processo educativo e promover um ambiente de aprendizado mais eficaz. Neste contexto, é importante considerar tanto os elementos cognitivos, que incluem aspectos como memória e atenção, quanto as condições internas e externas que moldam a experiência de aprendizagem.

De acordo com Souza (2018) a aprendizagem é influenciada por questões cognitivas (como a memória, a atenção, a concentração), condições internas do indivíduo (como seus interesses, motivações, estímulos internos) e externas, que afetam a mente e o cérebro humano. Ao reconhecermos a interação entre fatores cognitivos e as condições internas e externas que a impactam, pode-se desenvolver estratégias mais eficazes para facilitar o processo educacional. Isso não apenas enriquece a experiência do aprendiz, mas também contribui para resultados mais positivos na aquisição do conhecimento.

O processo de aprendizagem está intrinsecamente relacionado à estruturação de esquemas mentais, na qual se destacam o desenvolvimento de planos cognitivos, a incorporação de valores culturais e a organização sistemática de informações como componentes fundamentais (Souza, 2018).

Essas competências cognitivas e socioemocionais não apenas permitem que as crianças compreendam e experimentem o mundo ao seu redor, mas também influenciam sua capacidade de assimilar e processar informações de maneira eficaz. Contudo, um número considerável de crianças apresenta dificuldades no que se refere ao desenvolvimento da aprendizagem significativa. Estudos indicam que aproximadamente 10 a 15% da população infantil pode enfrentar algum tipo de dificuldade de aprendizagem (APA, 2014). Essa situação representa um desafio substancial para pais e educadores, uma vez que a falta de identificação precoce pode resultar em diagnósticos inadequados e decisões errôneas, impactando negativamente o desenvolvimento integral das crianças.

É inerente às crianças a busca pelo aprendizado e pelo engajamento em novas atividades; essa curiosidade é uma manifestação natural do seu instinto. Entretanto, a emergência de sinais de desinteresse ou desmotivação requer a atenção cuidadosa de pais e educadores, pois estes podem ser indicativas de problemas subjacentes que necessitam de uma investigação mais aprofundada (Carvalho; Crenitte; Ciasca, 2007).

A observação meticulosa das interações da criança no ambiente escolar e familiar é imprescindível para identificar os fatores que influenciam seu interesse e capacidade de aprender. De acordo com José e Coelho (2001), as dificuldades em adquirir conhecimentos estão relacionadas as situações difíceis enfrentada pela criança sem comprometimento cognitivo e por possíveis desvios no quadro normal, mas com expectativa de aprendizagem a longo prazo.

Muitas áreas de aprendizagem como: escrita, leitura e compreensão podem ser afetadas por problemas. Dessa forma, é necessário manter o apoio psicológico, pedagógico e psicopedagógico no diagnóstico de possíveis distúrbios, pois pode acontecer que as dificuldades não sejam causadas por problemas temporários, mas por distúrbios neurológicos maiores e mais profundos. Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que descreve a problemática em uma ou mais habilidades, mas sem um diagnóstico clínico evidente, muitas vezes relacionadas a fatores temporários ou contextuais, como a qualidade do ensino ou problemas emocionais. Por outro lado, os transtornos de aprendizagem referem-se a problemas relacionados às deficiências sensoriais e intelectuais que impedem a aprendizagem (José; Coelho, 2011).

Segundo Moojen *et al.* (2016), os desafios educacionais estão diretamente relacionados com os distúrbios a problemas pedagógicos, socioculturais, emocionais ou mesmo neurológicos. Assim, é necessário enfatizar, segundo o DSM-5 (APA, 2014), que Transtorno Específico de Aprendizagem se caracteriza por ser:

Um transtorno do neurodesenvolvimento, de origem biológica, que influencia a capacidade do cérebro para perceber e processar com eficiência as informações verbais ou não verbais. Tais dificuldades são persistentes e não transitórias, o desempenho do indivíduo está abaixo da média esperada para idade. A prevalência é de 5 a 15% em crianças na idade escolar. Ainda não há testes de neuroimagem ou genéticos disponíveis que auxiliem no diagnóstico. É necessária uma avaliação abrangente e clínica para conclusão diagnóstica. Pode ou não estar associada a prejuízos na atenção, linguagem e habilidades motoras (concorrência ou comorbidade). Nesses casos, a evolução tende a ser mais lenta. Sinais de risco: prematuridade, muito baixo peso ao nascer, exposição pré-natal à nicotina e histórico na família de dificuldades de aprendizagem (APA, 2014, p. 63).

As dificuldades de aprendizagem diferem dos transtornos de aprendizagem, pois os problemas que causam esses déficits têm origem em fatores externos ao indivíduo, como questões socioculturais ou pedagógicas (José; Coelho, 2011). Embora existam várias causas para as dificuldades de aprendizagem, os transtornos específicos são condições clinicamente diagnosticáveis que demandam intervenções mais precisas e direcionadas. Os estudos indicam

que as dificuldades podem ser influenciadas por fatores externos, enquanto os transtornos estão associados a questões internas, de natureza neurológica e hereditária.

Os distúrbios de aprendizagem geram discrepâncias entre o potencial e o desempenho acadêmico real, refletindo as habilidades intelectuais dos indivíduos. É importante destacar que esses transtornos incluem uma variedade de condições que afetam a leitura, escrita ou matemática, não se relacionando à inteligência e frequentemente persistindo ao longo do tempo.

3 HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA DISLEXIA SEGUNDO A NEUROCIÊNCIA

A dislexia, um transtorno específico de aprendizagem caracterizado por dificuldades na leitura e na escrita, tem sido objeto de estudo ao longo das últimas décadas, especialmente no campo da neurociência. Historicamente, sua compreensão evoluiu de uma mera rotulação de dificuldades acadêmicas para uma análise profunda das bases neurológicas que sustentam esse transtorno.

No início do século XX, muitos oculistas e pesquisadores acreditavam que ela estava relacionada a problemas visuais. Durante este período, os oftalmologistas ingleses como Hinshelwood e Morgan classificaram este problema como “cegueira da fala”, com base em explicações que sugeriam que existiam áreas distintas no cérebro para diferentes tipos de memória. O argumento deles é que o ser humano começa evoluir com uma memória visual geral, seguida pelo armazenamento de letras e palavras. Assim, os primeiros pesquisadores começaram a documentar casos dessa “cegueira para palavras” e propuseram que se tratava de uma condição neurológica distinta (Wagner, 2027).

Segundo suas teorias, a memória visual se organizaria em três níveis: inicialmente, uma memória visual geral; em seguida, uma memória visual específica para letras; e, por último, uma memória visual dedicada a palavras inteiras. Assim, eles sugeriram que a dificuldade em ler estaria associada a um deterioramento congênito do cérebro, que afetaria especificamente a memória visual de palavras. Essa condição resultaria naquilo que denominaram cegueira verbal congênita, caracterizando um desafio significativo para as crianças afetadas (Houte, 2002).

Especialistas sugeriram que pessoas disléxicas viam letras e palavras de forma invertida, uma ideia que, embora popular na época, foi posteriormente desmentida, pois, estudos mais recentes demonstraram que o verdadeiro desafio para indivíduos disléxicos reside no processamento fonológico, a habilidade de reconhecer e manipular os sons das palavras. Essa descoberta foi crucial, pois indicou que a dislexia não é um problema visual, mas sim uma dificuldade específica de aprendizagem relacionada ao processamento linguístico.

Na década de 1920, a teoria predominante era que a dislexia era causada por defeitos visuais, levando ao equívoco comum de que os indivíduos disléxicos viam letras e palavras ao contrário (Shaywitz, Shaywitz, 2005). No entanto, pesquisas subsequentes demonstraram que este não é o caso que o déficit central da dislexia reside no sistema linguístico, especificamente na área do processamento fonológico (Shaywitz, Shaywitz, 2005). A dificuldade de leitura pode ser causada por danos cerebrais congênitos, que afetam a memória visual da criança e podem

resultar em dificuldades de reconhecimento de palavras desde o nascimento (Houte, 2002).

Compreender esses aspectos é fundamental para apoiar crianças disléxicas em seu aprendizado e garantir que recebam a ajuda adequada para superar suas dificuldades. Por meio do uso de imagens cerebrais funcionais, a neurociência desenvolveu uma compreensão mais abrangente dos mecanismos neurais que fundamentam a dislexia. Estudos têm demonstrado consistentemente que esses indivíduos apresentam déficits no sistema neural do hemisfério posterior esquerdo, que está envolvido na leitura, sugerindo uma base neurobiológica para o distúrbio (Relvas, 2020).

Além disso, é importante entender que a dislexia não deve ser vista como uma doença ou um déficit de inteligência e seus fatores são internos (endógenos) e podem variar de pessoa para pessoa. A evolução da compreensão dessa condição reflete os avanços nas áreas de psicologia, neurociência e educação, no contexto histórico, o conceito de dislexia foi formalmente introduzido por Rudolf Berlin em 1887, que observou casos de crianças com inteligência preservada, mas que enfrentavam desafios significativos na leitura (Barbosa, 2009). A oftalmologia destacou que essas dificuldades não eram atribuíveis à falta de capacidade intelectual ou a problemas de visão. Este reconhecimento inicial foi crucial para desassociar a dislexia de outros distúrbios e estabelecer suas características como um fenômeno isolado.

O conceito de dislexia surgiu, inicialmente, na área médica, atrelado à ideia de patologia. O primeiro relato foi descrito pelo médico britânico Pringle Morgan, em 1896, que apresentou o caso clínico de um jovem de 14 anos que, apesar de ser inteligente e não possuir nenhum problema visual ou mental, tinha uma incapacidade quase absoluta em relação à linguagem escrita (Barbosa, 2009). Em 1900, James Hinshelwood, oftalmologista escocês, postulou a existência de uma cegueira verbal congênita. Na América, o conceito de dislexia do desenvolvimento” foi proposto por Orton (1937), cuja tese das dificuldades no dislético baseava-se na distorção dos símbolos (Barbosa, 2009).

No Brasil, a dislexia foi caracterizada por Cacilda Cuba dos Santos em 1975, que sugeriu o conceito de “dislexia de evolução”. A dislexia do desenvolvimento, ou de evolução, diz respeito às dificuldades no processo de apropriação da escrita pela criança; já a dislexia adquirida é encontrada em sujeitos que perderam a capacidade de ler e escrever, em decorrência de uma doença ou um acidente envolvendo traumatismo craniano (Shaywitz, 2006).

Os estudos contemporâneos sobre a dislexia do desenvolvimento rejeitam a hipótese de doença neurológica, indicando que ela não pode ser claramente diagnosticada, e exploram a hipótese de uma condição hereditária ou congênita. Além disso, chamam a atenção para o “paradoxo da dislexia”, ou seja, o pensar e o raciocinar dos disléticos ficam intactos e, às vezes,

até ampliados, mas estes apresentam problemas elementares envolvendo a consciência fonológica (Barbosa, 2009). Tais problemas consistem em dificuldades para nomear as letras, reconhecer rimas, ordenar as letras na escrita de palavras (nixuga para enxugar); confusão entre letras parecidas (cinento para cimento); trocas surdas/sonoras (ituta para estudar); omissões de letras (epicacao para explicação), afetando o processamento linguístico da leitura pela via fonológica (Barbosa, 2009). Também apresentam dificuldades na memorização imediata e no acesso rápido às palavras, mostrando falhas no processamento linguístico da leitura pela via lexical. Além disso, possuem problemas ortográficos frequentes e persistentes.

De acordo com Massi (2007), nas estatísticas, o número de disléxicos é aumentado porque, de forma equivocada e apressada, passa a ser considerada como disléxica qualquer pessoa com alguma dificuldade de aprender a ler e a escrever no período da aquisição desse aprendizado, ou seja, da alfabetização. É que existe um contínuo que vai da boa leitura à má leitura, e o ponto onde podemos traçar uma linha e dizer que as crianças abaixo desta são candidatas ao rótulo de disléxicas é arbitrário; além disso, é preciso suspeitar de um percentual alto de crianças em fase escolar com dislexia, pois uma simples alteração de critérios pode mudar radicalmente essa percentagem.

Durante longos anos, vários pesquisadores contribuíram para entender sobre a dislexia dentre eles: Rudolf Berlin (1887), que introduziu o termo dislexia e documentou casos clínicos relevantes; Samuel Orton, desenvolveu teorias sobre lateralização cerebral e implementou métodos pedagógicos destinados ao auxílio de alunos disléxicos; Norman Geschwind, que investigou as relações entre lateralização cerebral e dislexia, influenciando pesquisas subsequentes. Teorias foram levantadas sobre a dificuldade na leitura e escrita, como a Teoria do Processamento Auditivo, onde se sugere que indivíduos com dislexia apresentam dificuldades na discriminação sonora, afetando sua habilidade de aprender a ler (Talcott, 2006).

Ademais, é importante mencionar as pesquisas modernas em Neurociência, como os estudos conduzidos por Sally Shaywitz e Bennett Shaywitz (2003) que revelaram como diferenças neurobiológicas impactam o aprendizado da leitura, resultando no desenvolvimento de métodos baseados em evidências para apoiar alunos disléxicos. Os avanços na compreensão da dislexia têm sido fundamentais para aprimorar práticas educacionais e promover uma maior inclusão nas salas de aula.

3.1 Definição e Conceito de Dislexia.

A dislexia é um transtorno específico da aprendizagem que afeta a habilidade de leitura e escrita, sendo frequentemente associado a alterações cromossômicas. Estudos indicam que a incidência desse transtorno é elevada entre membros de uma mesma família, sugerindo uma predisposição genética. Muitos especialistas acreditam que o primeiro sinal de um problema são geralmente os distúrbios da fala, em que a criança demora mais para começar a falar do que a outra criança tem problemas de percepção fonética, ou seja, ele começa a pronunciar palavras incorretamente porque não sabe captar os sons básicos das sílabas e das letras (Cleiva *et al.* 2006; Moojen *et al.* 2016; Cidrin e Madeiro, 2017).

Essa dificuldade de decodificação de palavras é causada por um distúrbio que tem base neurobiológica e se caracteriza principalmente por inversão, substituição ou omissão de letras, caracterizada por leitura lenta e leitura em voz alta e leitura silenciosa, baixa desempenho, inferior a esperado Idade/anos, mesmo com potencial mental médio ou superior, além de apresentarem dificuldades de compreensão do que se lê (Cidrin, Madeiro, 2017).

Em alguns casos, uma pessoa disléxica também pode ter disgrafia (caligrafia feia) ou discalculia (dificuldade em matemática, especialmente domínio de símbolos e tabuada). Também causa defeitos e dificuldades na memorização de curto prazo, organização, instruções de como seguir um caminho, desempenho sequencial de tarefas, compreensão de textos e aprendizado de um segundo idioma (Silva, 2011).

Os alunos disléxicos apresentam muitas dificuldades de aprendizagem que também podem estar relacionadas com a falta de motivação ou falta de interesse, ou esforço por parte do aluno. Portanto, muitas vezes a associação negativa de crianças disléxicas com dificuldades de aprendizagem ainda leva à falta de confiança e autoestima, fazendo com que se sintam menos capazes ou mais inteligentes que seus pares, prejudicando ainda mais a sua aprendizagem e desempenho escolar (Silva, 2011).

Embora se saiba que a dislexia tem relações hereditárias, alguns pesquisadores apontam que a dislexia pode aparecer repentinamente na idade adulta, chamada de dislexia adquirida ou afasia, que difere um distúrbio do desenvolvimento que é hereditário e congênito (Cidrin, Madeiro, 2017). Considera-se que ela pode impactar significativamente a habilidade de compreender e trabalhar com a leitura e a escrita, gerando dificuldades específicas na interpretação de textos e na expressão escrita. Esses desafios podem afetar o desempenho acadêmico e a autoestima dos indivíduos, tornando essencial a implementação de estratégias de ensino adaptadas para apoiar sua aprendizagem.

Dessa forma, pode ser identificada no âmbito educacional, psicológico e psicopedagógico por meio de uma combinação de observações, avaliações e diagnósticos. No ambiente escolar, professores e educadores costumam notar dificuldades persistentes em leitura e escrita, como lentidão na leitura, dificuldades em decifrar palavras ou problemas na compreensão de textos. Esses sinais podem levar à recomendação de uma avaliação mais aprofundada. No aspecto psicológico, a avaliação geralmente envolve testes padronizados que medem habilidades de leitura, escrita e compreensão. Profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos realizam essas avaliações para identificar as dificuldades específicas do aluno e descartar outras condições que possam estar impactando seu aprendizado. Uma vez diagnosticada, a dislexia pode ser abordada com intervenções personalizadas, que incluem métodos de ensino diferenciados, uso de tecnologia assistiva e apoio emocional.

A atuação do psicopedagogo é essencial nesse processo, pois ele pode desenvolver estratégias que atendam às necessidades individuais do aluno, visando ajudá-lo a desenvolver suas habilidades e superar os desafios associados. O reconhecimento precoce é fundamental para proporcionar um suporte eficaz e garantir que os alunos tenham as melhores oportunidades de sucesso acadêmico. Embora frequentemente associada a dificuldades na decodificação de palavras e na fluência da leitura, essa condição não reflete a inteligência ou o esforço do aprendiz. Para entender melhor essa realidade, é fundamental reconhecer a existência de subtipos de dislexia, cada um com características e desafios específicos. Ao explorar esses subtipos, pode-se ampliar a compreensão sobre o tema e desenvolver abordagens pedagógicas mais eficazes e personalizadas para apoiar aqueles que enfrentam essas dificuldades.

3.2 Subtipos de Dislexia

A dislexia, como mencionado, é um distúrbio de aprendizagem que afeta principalmente a leitura e a escrita, resultando em dificuldades que podem levar ao analfabetismo funcional, marcado por habilidades limitadas de compreensão e expressão escrita (Mousinho, 2003). Importante destacar que essa condição não reflete a inteligência da criança; trata-se de um transtorno neurobiológico que influencia a forma como o cérebro processa os sons da fala e as letras. Compreender os diferentes subtipos de dislexia é crucial para identificar as necessidades específicas de cada aluno e implementar intervenções adequadas.

Para compreendê-la é crucial entender que ela se apresenta de variadas maneiras. Algumas crianças podem enfrentar desafios para decifrar palavras, enquanto outras podem

enfrentar dificuldades para entender o que leem, mesmo que consigam pronunciar as palavras de maneira correta (Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2006). Esses desafios podem aparecer em várias fases do progresso escolar e são comumente mal interpretados como ausência de empenho ou interesse.

Compreender as nuances dessa situação é essencial. Segundo os autores Lanhez e Nico (2002), a dislexia se caracteriza como uma dificuldade que afeta o processo de leitura, escrita, soletração e ortografia. Vale destacar que a dislexia não deve ser encarada como uma doença, mas sim como um distúrbio que apresenta diversas características, cada uma com suas próprias origens e implicações. Os estudos de neuroimagem demonstram várias diferenças entre os cérebros de disléxicos e não disléxicos (Ramus, 2004).

Os cérebros de pessoas com dislexia do desenvolvimento são sutilmente diferentes. Exames microscópicos realizados em autópsias cerebrais durante duas décadas de pesquisas revelam diferenças estruturais celularmente (envolvendo o neurônio, unidade funcional fundamental do cérebro); ao nível de conexões (interferindo com neurônios, redes neurais e regiões cerebrais de conexão e comunicação); e, ao nível anatômico mais amplo (relacionado a organização e definição de esquemas de áreas e regiões cerebrais). O resultado é um cérebro organizado de maneira atípica, processando a informação por meio de caminhos únicos e não interdependentes. Essa organização única é independente da inteligência, encontrada variando grandemente na dislexia, assim como acontece com a população em geral (Sherman, Cohen, 2007, p.7).

O Instituto Português de Dislexia e Outras Necessidades (IPODINE) identifica três tipos principais de dislexia: visual, auditiva e mista, sendo esta última uma combinação dos dois primeiros. Além disso, a dislexia é classificada em três graus de intensidade: leve, moderado e severo. A dislexia visual, em particular, é uma condição que afeta a forma como as informações escritas são processadas. Para entender melhor essa questão, é fundamental realizar uma análise mais aprofundada. Além das investigações de Shaywitz *et al.* (2008) e Stein (2001), é interessante considerar os estudos de outros pesquisadores que complementam essa discussão. Por exemplo, o trabalho de McIntyre (2004) destaca que as dificuldades visuais enfrentadas por indivíduos disléxicos podem estar associadas a uma percepção alterada, o que impacta a leitura fluente. McIntyre (2004) sugere que muitos indivíduos com dislexia visual vivenciam um tipo de "caminho visual" distorcido, onde letras e palavras parecem se mover ou mudar de lugar, dificultando a decodificação correta das informações.

Além disso, a pesquisa realizada por Talcott *et al.* (2000) aponta para a conexão entre habilidades visuais e fonológicas em pessoas disléxicas, argumentando que a integração entre essas duas áreas é fundamental para o desenvolvimento da leitura e que intervenções que aprimorem essa conexão podem ser eficazes. Isso implica que estratégias que abordem tanto os

aspectos visuais quanto os fonológicos podem ser mais benéficas do que intervenções isoladas. Outro autor relevante é o neurocientista Dehaene (2012), que explora como o cérebro processa a leitura e como áreas específicas são ativadas durante essa atividade.

As dificuldades visuais podem estar ligadas a uma ativação inadequada dessas regiões cerebrais, sugerindo que métodos de treinamento cognitivo podem ajudar a reconfigurar essas respostas neurais. As abordagens terapêuticas propostas por Shaywitz e Shaywitz (2005) ressaltam a importância da intervenção precoce e do suporte individualizado para estudantes com dislexia visual. Eles defendem que programas educacionais adaptados podem facilitar o aprendizado ao considerar as necessidades específicas desses alunos. Esses estudos enfatizam a complexidade da dislexia visual e a necessidade de uma abordagem multifacetada para apoiar aqueles que enfrentam dificuldades na leitura. A combinação de estratégias visuais, fonológicas e neuro cognitivas pode oferecer um caminho mais eficaz para superar esses desafios.

A dislexia auditiva é uma condição que afeta a capacidade de processar e discriminar sons da linguagem, impactando diretamente não apenas a leitura, mas também a fala e a compreensão auditiva. Para aprofundar a discussão sobre essa variante, podemos considerar mais autores e pesquisas que contribuem para a compreensão desse fenômeno.

Além dos estudos de Snowling (2000) e Bradley e Bryant (1983), o trabalho de Lyon *et. al.* (2003) é fundamental para entender como as dificuldades auditivas podem afetar o desenvolvimento da linguagem. Eles argumentam que a dislexia auditiva está frequentemente ligada a déficits na consciência fonológica, essencial para a decodificação e fluência na leitura. Eles também enfatizam a importância de intervenções precoces que abordem essas habilidades fonológicas.

Outro autor importante para esta área de estudos é Torgesen (2002), que discute o papel da consciência fonológica no aprendizado da leitura, sugerindo que intervenções que focam em aumentar a consciência fonológica podem ser eficazes para melhorar as habilidades de leitura em crianças com dislexia auditiva. Ele também menciona que as dificuldades auditivas podem levar a um impacto negativo nas habilidades de escrita, já que os indivíduos podem encontrar dificuldades em traduzir sons em letras.

Bishop (2006) também oferece uma perspectiva interessante sobre como as dificuldades auditivas podem manifestar-se em diferentes contextos. Sua pesquisa destaca que a discriminação auditiva deficiente pode levar a problemas na aquisição da linguagem, dificultando não apenas o aprendizado da leitura, mas também o desenvolvimento social e emocional das crianças. Isso sugere que uma abordagem holística é necessária para apoiar esses indivíduos. Por fim Gillon (2007) se concentra na importância do treinamento de habilidades

fonológicas para crianças com dislexia auditiva e propõe que programas específicos possam ajudar esses alunos a desenvolverem suas habilidades auditivas, o que resultará em melhorias significativas em sua capacidade de ler e escrever.

A dislexia mista, como mencionada, é uma condição que combina dificuldades tanto auditivas quanto visuais, criando um desafio significativo para a aprendizagem. Para aprofundar essa discussão, podemos explorar mais autores e pesquisas que elucidam a complexidade dessa forma de dislexia e as abordagens terapêuticas recomendadas. Torgesen (2000) é um dos principais pesquisadores que aborda a natureza multifacetada da dislexia mista. Ele enfatiza que a combinação de déficits auditivos e visuais pode levar a dificuldades em várias áreas, incluindo leitura, escrita e compreensão. Além de sugerir que a avaliação deve ser abrangente e considerar as diferentes dimensões da aprendizagem, permitindo intervenções personalizadas.

Outra pesquisa relevante é a de Vellutino *et. al.* (2004) propõe que intervenções que utilizam múltiplas modalidades sensoriais como visual, auditiva e tátil podem ser particularmente eficazes para alunos com dislexia mista. Eles argumentam que essas abordagens ajudam a reforçar as conexões neurais envolvidas na aprendizagem da leitura, promovendo um aprendizado mais integrado.

Snowling (2005) discute como as dificuldades na percepção visual e auditiva podem se manifestar de maneiras diferentes em cada indivíduo. Isso implica que um diagnóstico preciso é fundamental para desenvolver estratégias de ensino eficazes e individualizadas. Ramus (2003) também oferece *percepções* importantes sobre as dificuldades associadas à dislexia mista. Em sua pesquisa, ele examina como as deficiências na consciência fonológica e na percepção visual podem interagir, resultando em um impacto cumulativo nas habilidades de leitura. Ele sugere que intervenções devem abordar ambas as áreas simultaneamente para serem eficazes. Por fim, a pesquisa de Hatcher *et. al.* (2006) é notável por suas investigações sobre programas de intervenção específicos para crianças com dislexia mista. Eles descobriram que abordagens que integram exercícios de consciência fonológica com atividades visuais podem melhorar significativamente o desempenho em leitura e escrita.

A dislexia é reconhecida no contexto educacional e psicológico como uma condição que exige atenção e intervenções específicas. No ambiente escolar, o seu reconhecimento, muitas vezes, começa com a observação de dificuldades de aprendizagem por parte de professores e pais. Segundo Shaywitz e Shaywitz (2005), a identificação precoce é crucial, pois quanto mais cedo for reconhecida, mais eficazes podem ser as intervenções. Os educadores são incentivados a observar sinais como dificuldade em ler em voz alta, problemas na decodificação de palavras e desafios na ortografia.

A função da avaliação psicológica é crucial para um diagnóstico preciso. O neuropsicólogo Dehaene (2009) destaca a relevância de uma avaliação abrangente que leve em conta não apenas o desempenho acadêmico, mas também as habilidades cognitivas subjacentes. Testes que avaliam a consciência fonológica, memória de trabalho e processamento auditivo são frequentemente utilizados para entender melhor as dificuldades enfrentadas pelo aluno. Os critérios diagnósticos também são estabelecidos por organizações como a Associação Americana de Psiquiatria (APA), no DSM-5 (APA, 2014). Essa definição ajuda educadores e psicólogos a compreenderem melhor o impacto da dislexia nas habilidades acadêmicas.

No contexto educacional, é importante que escolas implementem estratégias baseadas em evidências para apoiar alunos disléxicos. O estudo realizado por Vellutino *et. al.* (2004) demonstra que programas de intervenção que focam na instrução explícita em fonologia e, na prática da leitura podem levar a melhorias significativas nas habilidades de leitura desses indivíduos. Além disso, o suporte emocional e psicológico também desempenha papel crucial, como aponta os estudos realizados por McIntyre (2004), que ressaltam a importância do apoio social e emocional para ajudar esses alunos a desenvolverem resiliência e autoconfiança. A colaboração entre educadores, psicólogos e famílias é essencial para criar um ambiente inclusivo que promova o sucesso acadêmico e pessoal dos alunos com dislexia.

Assim, o reconhecimento da dislexia no contexto educacional e psicológico não se limita ao diagnóstico; envolve um entendimento abrangente das dificuldades enfrentadas pelos alunos e a implementação de estratégias eficazes para apoiá-los em sua jornada de aprendizado.

3.3 Políticas Públicas e Legislação para inclusão escolar de pessoas com dislexia

A inclusão de alunos com dislexia nas escolas brasileiras é um tema crucial que se alinha às políticas públicas educacionais, refletindo um compromisso com a equidade e a justiça social. No Brasil, a legislação, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, afirma que todos têm direito à educação, promovendo uma abordagem inclusiva que busca atender às necessidades de todos os estudantes.

Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa* (1996), defende que a educação deve respeitar as singularidades de cada aluno. Essa perspectiva é reforçada pela PNEEPEI, instituída pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008, que enfatiza a necessidade de adaptar o currículo e as metodologias de ensino para atender às especificidades dos alunos com dislexia. A abordagem da PNEEPEI vai de encontro à ideia de

Freire e é complementada pela obra de Vygotsky a partir de sua obra “A Formação Social da Mente (1978), que destaca a importância do contexto social e cultural na aprendizagem, ressaltando que a educação deve ser um processo que considere as interações sociais e o desenvolvimento individual.

O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos, é fundamental para compreender a importância do contexto social e cultural no processo de aprendizagem. Vygotsky (1978), argumenta que o aprendizado ocorre em interação com outros, ressaltando a necessidade de ambientes educacionais que promovam essa interação, especialmente para alunos com dificuldades como a dislexia. Os direitos legais das pessoas com dislexia são garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), que assegura o acesso à educação e à adequação das condições de aprendizagem.

A Lei n.º 14.254 reforça o conceito de acessibilidade, que inclui adaptações curriculares e metodológicas para pessoas com dislexia e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), promovendo um ambiente educacional inclusivo (Brasil, 2021). Michel Foucault (1975) propõe uma reflexão sobre como a sociedade lida com as diferenças e como as instituições podem marginalizar aqueles que não se encaixam nos padrões normativos. Em “História da Loucura: Na Idade Clássica”, ele afirma que a loucura foi tratada como um desvio que precisava ser controlado", o que nos leva a entender que a inclusão escolar deve ser vista como uma forma de resistência contra essa marginalização, onde as diferenças são não apenas toleradas, mas valorizadas (Foucault, 1975).

Ao considerar as adaptações necessárias para alunos com dislexia, é fundamental reconhecer que cada estudante traz consigo um conjunto único de habilidades e desafios. Essa perspectiva se alinha com o pensamento de Foucault (1975), que destaca a importância de questionar normas estabelecidas e buscar formas de inclusão que respeitem as particularidades de cada indivíduo. Assim, a implementação das diretrizes da lei não apenas atende às necessidades pedagógicas dos alunos com dislexia, mas também promove uma cultura escolar que celebra a diversidade e combate à exclusão. John Rawls (1971), em Uma Teoria da Justiça, propõe o princípio da diferença, sugerindo que as desigualdades sociais devem ser organizadas para beneficiar os menos favorecidos. Essa perspectiva é crucial ao discutir políticas públicas para alunos disléxicos, pois implica que os sistemas educacionais devem adotar medidas específicas para garantir igualdade de oportunidades.

Os planos de ação voltados para a inclusão de alunos com dislexia no Brasil refletem um avanço significativo em direção à justiça social e ao respeito à diversidade. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a formação continuada dos professores e a

sensibilização das comunidades escolares. A combinação das ideias de Freire (1996) sobre uma educação inclusiva, Vygotsky (1978) a respeito do aprendizado social, Foucault (1961) sobre marginalização, Nussbaum (1999) em relação a capacidades individuais e Rawls (1971) relativo a justiça social pode guiar esforços futuros para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação equitativa e de qualidade.

Pode-se afirmar que a Lei n.º 14.254, sancionada em 30 de novembro de 2021, representa um avanço significativo na promoção da inclusão educacional para alunos com dislexia no Brasil. Essa condição não está relacionada à inteligência, mas pode resultar em dificuldades cognitivas e emocionais se não for devidamente reconhecida e tratada.

Compreendendo a necessidade de um suporte especializado, a Lei n.º 14.254 estabelece diretrizes claras para o atendimento educacional para essas pessoas. Um dos principais objetivos da lei é garantir que as instituições de ensino adotem práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as particularidades de cada aluno. Para isso, a formação continuada dos professores é enfatizada, permitindo que eles desenvolvam habilidades para identificar e atender às necessidades específicas dos alunos com dislexia (Santos, Almeida, 2019).

A lei ora citada também determina que as escolas devem elaborar planos pedagógicos individualizados para esses alunos. Esses planos são fundamentais para adaptar o currículo e os métodos de ensino às dificuldades apresentadas pelos estudantes, promovendo um ambiente mais propício ao aprendizado (Moura, 2021). Além disso, a legislação prevê a oferta de apoio psicológico e pedagógico, reconhecendo a importância do suporte emocional no processo educacional.

Outro aspecto relevante da Lei n.º 14.254 é a promoção de campanhas de sensibilização sobre a dislexia nas escolas. Essas iniciativas buscam informar e conscientizar toda a comunidade escolar, incluindo alunos, pais e educadores, sobre essa condição, contribuindo para a construção de uma cultura mais inclusiva e respeitosa (Lima, Costa, 2022). A implementação dessa lei é um passo importante na luta por direitos iguais na educação, refletindo um compromisso com a valorização da diversidade no ambiente escolar. Ao garantir um atendimento adequado aos alunos com dislexia, o Brasil avança na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4 IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DA DISLEXIA: diagnóstico e sucesso

A dislexia é um transtorno específico de aprendizagem que afeta a capacidade de leitura e escrita, sendo como já citado, crucial sua identificação precoce para minimizar as consequências na vida estudantil e pessoal da criança. A abordagem dos sinais e sintomas do distúrbio da leitura destaca as distinções entre seus subtipos e a relevância da identificação precoce, referenciando autores que fizeram contribuições significativas para o debate sobre o assunto. Os sintomas comuns da Dislexia em crianças podem ser observados em diversas fases do desenvolvimento infantil.

É essencial que pais e educadores estejam atentos a comportamentos que possam indicar dificuldades. Entre os sinais mais comuns estão: dificuldades com a Linguagem Falada, pois crianças disléxicas frequentemente apresentam dificuldades na pronúncia de palavras ou na construção de frases. Essas dificuldades podem se manifestar em uma articulação hesitante ou na substituição de palavras por sinônimos mais simples (Snowling, 2000).

Reconhecer os sinais iniciais é essencial para intervenções eficazes. Um dos primeiros indícios de dislexia é a dificuldade no reconhecimento do alfabeto. Crianças afetadas podem confundir letras com formas semelhantes, como 'p' e 'q', ou ter dificuldades em aprender a sequência do alfabeto. Como afirmado por Shaywitz (2005), essa dificuldade é um dos primeiros sinais que podem ser observados.

Outro aspecto crucial na identificação da dislexia é a consciência fonêmica, que se refere à habilidade de identificar e manipular os sons das palavras. Crianças com dislexia frequentemente enfrentam desafios em atividades que envolvem rimas ou na segmentação de palavras em sílabas, o que prejudica sua capacidade de decodificação. Adams (1990) destaca que essa habilidade é fundamental para o desenvolvimento da leitura, e sua ausência pode ser indicativa de dislexia.

Além disso, o atraso no início da leitura é um sinal frequentemente observado em crianças disléxicas. Muitas vezes, elas começam a ler mais tarde do que seus colegas e apresentam uma leitura lenta e cheia de erros. Essa diferença no ritmo de leitura pode levar à frustração e à desmotivação (Vellutino *et al.*, 2004). A dificuldade com a ortografia também é comum; crianças disléxicas frequentemente enfrentam problemas persistentes na escrita correta das palavras (disgrafia), com dificuldades em memorizar regras ortográficas simples (Reid *et al.*, 2006).

É importante ressaltar que as diferenças nos sinais da dislexia não são homogêneas e se manifestam de maneiras distintas, dependendo do subtipo. A dislexia fonológica, por exemplo,

é caracterizada por dificuldades significativas na decodificação de palavras, o que resulta em problemas com a fluência da leitura. Stanislas Dehaene (2009) afirma que o cérebro humano está preparado para aprender a ler, mas precisa de um treinamento adequado. Crianças com dislexia fonológica podem ter dificuldades em segmentar os sons (fonemas) dentro das palavras. Por outro lado, a dislexia superficial envolve uma dificuldade maior em reconhecer palavras visualmente, mesmo aquelas frequentemente usadas. Essas crianças podem ser capazes de decifrar novas palavras foneticamente, mas têm problemas para reconhecer instantaneamente palavras familiares (Patterson et al., 1996). Essa diversidade nos subtipos de dislexia ressalta a importância de abordagens personalizadas para cada criança.

A identificação precoce da dislexia é essencial não apenas para o sucesso escolar, mas também para o bem-estar emocional da criança. Como mencionado por Dehaene (2009), a aprendizagem é um processo social. Assim, intervenções adequadas desde cedo ajudam não apenas as crianças individualmente, mas também promovem um ambiente escolar mais inclusivo. Pesquisas indicam que quando as dificuldades são detectadas logo no início do processo educacional, as intervenções podem ser implementadas antes que os desafios se tornem intransponíveis (Torgesen, 2002). Programas de intervenção como o Método Fônico ou abordagens multissensoriais têm mostrado eficácia no apoio ao desenvolvimento das habilidades de leitura. Além disso, filósofos como John Dewey (1916) que afirma que “A educação não é preparação para a vida; educação é a própria vida” é frequentemente associada ao seu trabalho *"Democracy and Education"*. Essa obra reflete suas ideias sobre a educação como um processo contínuo e fundamental na experiência humana. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem holística para crianças com dislexia, onde suas necessidades específicas são atendidas para garantir um aprendizado significativo e duradouro.

Reconhecer os sinais precoces da dislexia é fundamental para garantir que as crianças recebam o apoio necessário desde cedo. Compreender as nuances entre os subtipos ajuda educadores e pais a adaptarem suas estratégias pedagógicas de maneira eficaz. Como disse Aristóteles (2002), "Educação é o melhor provisionamento para a velhice", enfatizando que investir na identificação precoce da dislexia não só beneficia as crianças no presente, mas também abre portas para um futuro mais promissor.

Segundo o psicólogo e educador Vygotsky (1978), a aprendizagem é um processo social que se desenvolve em contextos interativos. A identificação precoce possibilita a implementação de estratégias personalizadas, auxiliando a criança no desenvolvimento de suas habilidades de maneira mais eficaz. Um dos principais impactos da identificação precoce é no desenvolvimento social da criança. Piaget (1976), em suas teorias sobre o desenvolvimento

cognitivo, enfatiza que as crianças constroem seu conhecimento por interações com o ambiente. Quando as dificuldades são identificadas cedo, as intervenções adequadas podem melhorar a autoestima e autoconfiança da criança, o que facilita sua participação em atividades em grupo, promovendo amizades e desenvolvendo habilidades sociais essenciais.

No que diz respeito ao desenvolvimento emocional, Howard Gardner destaca a importância da inteligência emocional na aprendizagem e no sucesso pessoal (Gardner, 1993). A identificação precoce permite que educadores e pais abordem as necessidades emocionais da criança, oferecendo apoio e encorajamento. Isso ajuda a prevenir sentimento de frustração e isolamento que podem surgir quando uma criança enfrenta dificuldades sem o suporte necessário. Criar um ambiente educativo positivo e acolhedor contribui para um bem-estar emocional duradouro.

Além disso, pesquisadores como Shaywitz *et. al.* (2002) demonstraram que intervenções precoces podem melhorar não apenas as habilidades de leitura, mas também o desempenho acadêmico geral e a adaptação social das crianças com dislexia. Portanto, a identificação precoce não apenas facilita o aprendizado, mas também auxilia no desenvolvimento social e emocional da criança, criando uma base sólida para seu futuro.

4.1 Métodos de Diagnóstico para a dislexia

O diagnóstico da dislexia é um processo multifacetado que envolve uma análise abrangente das habilidades linguísticas, cognitivas e acadêmicas do indivíduo. Ele é realizado por profissionais especializados, como psicólogos e fonoaudiólogos, que utilizam uma variedade de ferramentas e testes para identificar as dificuldades específicas de leitura. A avaliação segue um protocolo estruturado que inclui a coleta de informações sobre o histórico familiar, desenvolvimento da criança e seu desempenho escolar. Inicialmente, profissionais de saúde e educação realizam entrevistas com os pais e professores para entender melhor as dificuldades enfrentadas pela criança. É fundamental avaliar aspectos como a aquisição da linguagem, a memória, as habilidades fonológicas e a capacidade de leitura.

Os critérios diagnósticos para a dislexia são frequentemente baseados no DSM-5 (APA, 2014). Para avaliar a presença da dislexia, diversas ferramentas e testes são utilizados, entre elas, destacam-se os testes de leitura, que avaliam a capacidade de decodificação, fluência e compreensão leitora. Exemplos incluem o Teste de Desempenho em Leitura (TDL), que mede tanto a habilidade de leitura quanto a compreensão do texto (Silva, 2011). Avaliações fonológicas também são essenciais, pois a consciência fonológica é crucial para o

desenvolvimento da leitura; testes como o Teste de Consciência Fonológica (TCP) avaliam a habilidade da criança em manipular os sons da linguagem, uma área frequentemente comprometida em indivíduos com dislexia (Capellini *et al.*, 2009).

Além disso, escalas comportamentais como o *Behavior Assessment System for Children* (BASC) ajudam a coletar informações sobre comportamentos e emoções que podem impactar o aprendizado, oferecendo uma visão mais holística das dificuldades enfrentadas pela criança (Reynolds, Kamphaus, 2004). Entrevistas e questionários permitem obter informações diretamente dos pais e professores sobre o histórico educacional da criança, suas experiências em sala de aula e possíveis dificuldades observadas. Assim, testes cognitivos, como o Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC), podem ser utilizados para avaliar as habilidades intelectuais gerais da criança, ajudando a descartar outras condições que possam interferir no aprendizado (Wechsler, 2014).

A avaliação cuidadosa e holística é essencial para um diagnóstico preciso da dislexia, permitindo intervenções adequadas e personalizadas para apoiar o desenvolvimento da criança. A avaliação psicopedagógica é um processo abrangente que envolve a aplicação de uma série de testes para medir habilidades cognitivas, linguísticas e acadêmicas das crianças. Essa avaliação é fundamental para identificar possíveis dificuldades de aprendizagem e entender o que pode estar impactando o desempenho escolar. Um dos instrumentos amplamente utilizados nesse contexto é o *Wechsler Intelligence Scale for Children* (WISC), que é uma escala de inteligência projetada para avaliar o funcionamento intelectual de crianças e adolescentes entre 6 e 16 anos. O WISC ajuda a descartar outras condições que possam afetar o aprendizado, como transtornos de atenção ou dificuldades emocionais (Wechsler, 2014).

Além dos testes cognitivos, instrumentos comportamentais também são utilizados para compreender as dificuldades enfrentadas pela criança em ambientes escolares e sociais. Questionários e escalas comportamentais, como o Sistema de Avaliação de Comportamento para Crianças (BASC), podem ser recursos úteis para coletar informações sobre comportamentos e emoções que impactam o aprendizado (Reynolds, Kamphaus, 2004).

Por fim, a abordagem do diagnóstico da dislexia pode ser enriquecida por uma perspectiva filosófica. Segundo Hans-Georg Gadamer, o entendimento é um processo interpretativo que depende do contexto social e histórico do indivíduo (Gadamer, 2004). Isso sugere que o diagnóstico não deve se basear exclusivamente em testes padronizados; é fundamental considerar as experiências pessoais da criança e seu contexto ao interpretar os resultados das avaliações.

Michel Foucault (1975) discute como as classificações diagnósticas podem influenciar as percepções sociais sobre indivíduos com dificuldades. Ele argumenta que as categorias diagnósticas não apenas definem os indivíduos, mas também moldam suas identidades sociais. Além disso, Paul Ricœur (1991) enfatiza a importância da narrativa na formação da identidade humana. Para ele, compreender as experiências da criança com dislexia requer uma abordagem narrativa que leve em consideração suas histórias pessoais e contextos vividos.

A filósofa Martha Nussbaum defende uma abordagem mais empática na educação inclusiva, sugerindo que devemos cultivar a compaixão ao considerar as lutas enfrentadas por indivíduos com dificuldades específicas de aprendizagem (Nussbaum, 2011). Essa perspectiva humaniza o processo diagnóstico e enfatiza a importância do suporte emocional.

O diagnóstico da dislexia requer uma combinação de avaliações formais e informais para obter um entendimento abrangente das dificuldades do indivíduo. Ferramentas padronizadas desempenham um papel importante na identificação das necessidades específicas da criança; no entanto, é vital considerar também o contexto social e emocional em que essas dificuldades ocorrem. Essa abordagem integrada não só facilita intervenções mais eficazes, mas também promove uma compreensão mais profunda das experiências dos indivíduos diagnosticados com dislexia.

4.2 Desafios enfrentados por alunos com dislexia

Os desafios enfrentados por alunos disléxicos vão muito além das dificuldades escolares. Esses desafios podem ser classificados em três categorias principais: acadêmicos, emocionais e sociais. Nas dificuldades acadêmicas, eles frequentemente enfrentam dificuldades significativas no aprendizado da leitura e da escrita. De acordo com Sally Shaywitz (2005) uma das principais especialistas em dislexia, a condição é caracterizada por "dificuldades na precisão e na fluência da leitura".

De acordo com Sally Shaywitz (2003), uma das principais especialistas em dislexia, essa condição é caracterizada por 'dificuldades na precisão e na fluência da leitura'. Shaywitz também enfatiza que a dislexia não é um reflexo da inteligência, mas sim uma diferença na forma como o cérebro processa a linguagem. Estudos indicam que esses alunos podem ter dificuldade em decifrar palavras, o que impacta diretamente sua capacidade de compreender textos (Shaywitz, 2003; Snowling, 2000). Essa dificuldade pode levar a um baixo desempenho escolar, criando um ciclo de frustração e desmotivação. Além disso, as dificuldades frequentemente resultam em consequências emocionais profundas.

O filósofo Michel Foucault (1975) discute como a sociedade pode marginalizar aqueles que não se encaixam nos padrões normativos. Alunos disléxicos muitas vezes enfrentam sentimentos de inadequação e baixa autoestima. Estudos realizados por Kauffman (2013) por exemplo, mostram que crianças com dificuldades de aprendizagem estão em maior risco de desenvolver problemas emocionais, como ansiedade e depressão. A pressão para atender às expectativas cognitivas pode intensificar esses sentimentos, levando a uma maior vulnerabilidade emocional. No âmbito social, esses alunos podem enfrentar preconceitos e estigmas

As psicólogas como Teixeira (2010) e Almeida (2015) ressaltam que crianças com dificuldades de aprendizagem frequentemente se tornam alvos de bullying ou exclusão social. Essa exclusão pode resultar em uma falta de apoio emocional e em uma rede reduzida de amizades, essenciais para o desenvolvimento saudável na infância. O sociólogo Goffman (1963) discute o conceito de estigma social, abordando como ele influencia as interações sociais e leva à marginalização daqueles que não se encaixam nas normas estabelecidas. A percepção social em relação à dislexia varia amplamente, afetando como essas crianças são tratadas em ambientes escolares e sociais. Nesse contexto, o filósofo Rawls (1971) argumenta que todos devem ter igualdade de oportunidades; no entanto, muitos alunos com dislexia não recebem o suporte necessário para prosperar academicamente.

O preconceito em relação a dislexia muitas vezes se manifesta na falta de compreensão por parte de professores e colegas, levando a uma abordagem punitiva em vez pedagógica. Estudos indicam que a falta de formação adequada sobre dislexia nas escolas contribui para essa situação (Reid, Fawcett, 2009). Em suma, os alunos com dislexia enfrentam um conjunto complexo de desafios acadêmicos, emocionais e sociais que exigem atenção cuidadosa tanto por parte dos educadores quanto da sociedade na totalidade. É fundamental promover uma maior conscientização sobre a dislexia e implementar estratégias inclusivas nas escolas para apoiar esses alunos em seu desenvolvimento integral.

5 SUPERANDO DESAFIOS: estratégias e apoio escolar para alunos com Dislexia

Os profissionais da educação enfrentam uma série de desafios ao lidar com alunos que apresentam dislexia, caracterizada por dificuldades persistentes na leitura, escrita e ortografia, que não são atribuídas a déficits cognitivos ou a condições de ensino inadequadas (APA, 2014). Essa condição requer uma compreensão profunda e abordagens pedagógicas adaptativas, visto que cada aluno pode manifestar a dislexia de maneira única, que pode ser classificada em diferentes subtipos, cada um demandando estratégias específicas.

Conforme os estudos de Snowling e Hulme (2012), entender as características de cada subtipo é crucial para a escolha das intervenções adequadas. Com isso, os alunos com subtipo de Dislexia Fonológica têm dificuldades em associar sons a letras e em manipular fonemas. Programas estruturados de ensino fonológico, como o "Orton-Gillingham" (OG), são frequentemente recomendados. Este método combina instrução direta com atividades multissensoriais, permitindo que os alunos aprendam através da audição, visão e movimento (Gillingham, Stillman, 1997). Para somar essa ideia, Wagner (2007) sugere que jogos sonoros e rimas podem ser eficazes para desenvolver a consciência fonêmica.

No entanto, a dislexia superficial se manifesta em alunos que apresentam dificuldades em palavras irregulares que não seguem padrões ortográficos comuns. Nesse caso, a abordagem deve incluir o ensino explícito do reconhecimento lexical. O uso de *flashcards* visuais, que são cartões que contêm informações resumidas, com uma pergunta ou conceito de um lado e a resposta do outro e a leitura repetida são eficazes, como afirma Mayer (2020), que destaca a importância da prática ativa e do uso de recursos visuais no processo de aprendizagem. Segundo Mayer (2020), o aprendizado é potencializado quando se utiliza materiais visuais que facilitam a compreensão e retenção das informações.

De tal forma, a dislexia mista precisa de uma abordagem integrada que combine métodos fonológicos e visuais. O estudo de Duffy (2020) enfatiza a importância da personalização do ensino, adaptando as atividades às necessidades individuais dos alunos. Isso pode incluir o uso de tecnologia assistiva, como softwares de leitura e gravação, que auxiliam na compreensão do texto.

O apoio psicológico é uma parte essencial do processo educativo para esses alunos. O filósofo Paulo Freire (1996) defende uma educação que respeite as singularidades do aluno, promovendo um ambiente onde as dificuldades sejam compreendidas como parte do processo de aprendizagem. Essa perspectiva é particularmente relevante para alunos com dislexia, que frequentemente enfrentam desafios únicos em sua jornada educacional (Vygotsky, 1978).

Autores como Simmons e Singleton (2009) ressaltam que o apoio emocional é crucial para que esses alunos desenvolvam resiliência e autoestima ao lidar com suas dificuldades. Além disso, Rose (2009) enfatiza a necessidade de intervenções pedagógicas adaptadas que considerem as particularidades dos alunos com dislexia, integrando suporte psicológico para promover um aprendizado mais eficaz.

O apoio psicológico não apenas ajuda os alunos a lidarem com suas emoções e frustrações relacionadas à dislexia, mas também contribui para um entendimento mais profundo das suas habilidades e potencialidades (Miller *et al.*, 2015). Quando a educação é centrada nas necessidades do aluno, conforme proposto por Freire (1996), as estratégias pedagógicas podem ser adaptadas para incluir métodos que favoreçam o aprendizado, como o uso de abordagens visuais, atividades práticas e suporte emocional. Assim, o apoio psicológico e pedagógico se torna um elemento essencial na construção da autoestima e da resiliência dos alunos com dislexia, permitindo que eles se vejam como participantes ativos no seu próprio processo de aprendizagem.

O desempenho acadêmico de alunos com dislexia pode ser significativamente influenciado por fatores emocionais e sociais, conforme evidenciado por diversas pesquisas na área da educação. Estudos indicam que o apoio emocional é essencial para esses estudantes, pois pode ajudá-los a superar desafios relacionados à sua condição. Vygotsky (1978) destaca a relevância do contexto social na aprendizagem, sugerindo que um ambiente de suporte emocional pode facilitar o processo educacional. Intervenções psicológicas, como a terapia cognitivo-comportamental, são eficazes para ajudar esses alunos a desenvolverem estratégias de enfrentamento frente à frustração e ao estigma social frequentemente associado à dislexia.

Os desafios enfrentados por profissionais da educação ao lidar com alunos com dislexia são complexos e multifacetados, exigindo uma abordagem cuidadosa e integrada. Para lidar com essas dificuldades, é fundamental adotar estratégias pedagógicas adaptadas aos diferentes subtipos da dislexia, além de assegurar um suporte psicológico robusto. Nesse contexto, a psicopedagogia desempenha um papel crucial, pois busca compreender a interação entre processos psicológicos e pedagógicos no ensino-aprendizagem.

Os psicopedagogos colaboram com educadores, pais e outros especialistas para criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Eles utilizam diagnósticos e avaliações que vão além do simples desempenho acadêmico, considerando também aspectos emocionais e sociais que impactam o aprendizado. Essa abordagem permite a elaboração de intervenções personalizadas que respeitam os ritmos e estilos de aprendizagem individuais.

Referências como as de Dehaene (2011), Wagner (2007), Freire (1996) e Vygotsky (1978) oferecem compreensões profundas sobre como abordar essas questões de maneira eficaz. Ao implementar práticas informadas por tais pesquisas e pela psicopedagogia, educadores podem contribuir significativamente para a superação das barreiras enfrentadas por alunos com dislexia, promovendo não apenas seu desenvolvimento integral, mas também sua autoestima e engajamento nas atividades escolares. Os educadores desempenham um papel crucial na inclusão de alunos com dislexia, sendo responsáveis não apenas pela disseminação do conhecimento, mas também pela criação de um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades de cada estudante. A inclusão efetiva exige uma compreensão profunda das dificuldades enfrentadas por esses alunos e a implementação de estratégias pedagógicas que promovam a equidade. A formação contínua dos professores é essencial para poderem reconhecer e lidar com a dislexia de maneira eficaz. Segundo a psicóloga Kauffman (2013), a falta de conhecimento sobre dislexia entre educadores pode levar a abordagens inadequadas e, conseqüentemente, à marginalização desses alunos.

As formações continuadas para docentes devem incluir não apenas informações sobre as características da dislexia, mas também estratégias pedagógicas específicas que ajudem a atender às necessidades desses alunos. Paulo Freire (1996) enfatiza a importância da conscientização e do diálogo no processo educativo, afirmando que “a educação deve ser um ato de amor e coragem”. Essa perspectiva sugere que os educadores, ao se dedicarem a entender as realidades dos alunos com dislexia, não apenas ampliam seu conhecimento, mas também cultivam um ambiente mais empático e acolhedor, essencial para o aprendizado efetivo.

Além disso, autores como Almeida (2015) destaca a importância de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as singularidades de cada estudante. O primeiro ressalta que a formação docente deve ser um processo contínuo e reflexivo, enquanto o segundo defende a criação de uma escola que valorize a diversidade e promova a inclusão. Essa abordagem integrada permite que os professores desenvolvam competências essenciais para lidar com os desafios da dislexia e garantam um ambiente educativo mais justo e acessível.

Estudos, como os realizados por Reid e Fawcett (2009), indicam que programas de formação contínua que abordam especificamente as dificuldades de aprendizagem, incluindo a dislexia, podem resultar em melhorias significativas no desempenho desses alunos. Esses estudos demonstram que, ao capacitar os educadores com conhecimentos e estratégias específicas, é possível criar um ambiente mais inclusivo e adaptado às necessidades dos alunos. Portanto, investir em formação profissional é uma estratégia fundamental para promover um ambiente inclusivo, o que requer uma abordagem intencional e adaptativa por parte dos

educadores. Dewey (1916) defende que “a educação deve ser centrada no aluno”, o que significa que os educadores devem considerar as particularidades de cada estudante ao planejar suas aulas.

Para alunos com dislexia, isso pode incluir o uso de materiais didáticos diferenciados, como textos audiovisuais ou recursos interativos que facilitem a compreensão. Um aspecto importante da inclusão é o apoio emocional. Conforme a pesquisadora Kauffman (2013), o apoio emocional dos professores é fundamental para ajudar alunos com dislexia a superar desafios acadêmicos e sociais. Criar um ambiente onde os alunos se sintam seguros para expressar suas dificuldades é essencial para seu desenvolvimento. Além disso, implementar práticas colaborativas entre os alunos pode ser benéfico. O pedagogo Vygotsky (1978) argumenta que o aprendizado acontece em contextos sociais, sugerindo que interações entre colegas podem ajudar a construir habilidades sociais e cognitivas.

Atividades em grupo podem permitir que alunos disléxicos aprendam com seus colegas e se sintam parte da comunidade escolar. Segundo autores como McNaughton (2003) e Snowling (2000), a interação social é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças com dificuldades de aprendizagem. Essa colaboração não apenas enriquece a experiência de aprendizado, mas também ajuda a desenvolver habilidades sociais e emocionais essenciais. Para que esses alunos se beneficiem plenamente desse ambiente, é crucial que os educadores recebam formação contínua sobre a dislexia e a criação de um espaço inclusivo. Assim, ao investir na capacitação dos professores, garante-se que eles possam identificar e atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo um ambiente escolar mais empático e solidário.

5.1 Estratégias multidisciplinares para crianças com dislexia

A integração de abordagens multidisciplinares é fundamental na educação de alunos com dislexia. Estratégias pedagógicas adaptadas às suas necessidades são essenciais para maximizar seu potencial de aprendizagem. Métodos multissensoriais, que envolvem diferentes sentidos como visão, audição e tato, podem facilitar esse processo. Um exemplo é o método Orton-Gillingham, amplamente utilizado para ensinar crianças com dislexia, que combina instrução fonética com atividades visuais e táteis (Birsh, 2011).

Segundo Davis e Braun (2013), a utilização de abordagens multimodais não apenas enriquece a experiência de aprendizado, mas também promove um ambiente mais inclusivo. Além disso, autores como Fletcher *et al.* (2007) defendem que a personalização do ensino,

levando em conta as particularidades de cada aluno, é crucial para o sucesso das crianças com dislexia. Essa abordagem não só atende às especificidades individuais, mas também complementa as interações em grupo ao proporcionar experiências de aprendizado diversificadas e inclusivas.

Os professores devem estar atentos ao bem-estar emocional dos alunos, oferecendo encorajamento e validação (Miller *et al.*, 2013). As técnicas de mindfulness são práticas que buscam cultivar a atenção plena e a consciência do momento presente. Elas desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar, ajudando a acalmar a mente, aumentar a concentração e reduzir o estresse, além de serem eficazes no auxílio aos alunos na gestão da ansiedade. É fundamental incentivar as crianças a acreditarem em suas próprias capacidades, pois isso é vital para seu desenvolvimento emocional. Atividades que promovem a autoavaliação e o reconhecimento de conquistas são fundamentais para fortalecer a autoconfiança (Zimmerman, 2008). Além disso, entender como o cérebro processa informações é essencial para criar intervenções eficazes que atendam às necessidades dos alunos.

As pesquisas sobre neuroplasticidade mostram que o cérebro pode ser treinado para melhorar suas funções. Atividades que estimulam áreas específicas do cérebro relacionadas à leitura e à linguagem podem ser benéficas (Katzir *et al.*, 2006). Programas que utilizam jogos de palavras ou exercícios fonológicos podem ajudar nesse processo. Abordagens que focam em melhorar habilidades cognitivas específicas, como memória de trabalho e atenção, são importantes. Treinamentos cognitivos podem ser implementados para ajudar as crianças a desenvolverem essas habilidades essenciais para a leitura (Swanson *et al.*, 2015).

Os professores podem implementar atividades multidisciplinares que integrem diferentes áreas do conhecimento. Criar projetos que unam linguagem, ciências e artes pode engajar os alunos. Por exemplo, um projeto sobre animais pode envolver leitura de textos informativos, desenhos artísticos e apresentações orais. Utilizar jogos que estimulem a leitura e escrita em diferentes contextos pode tornar o aprendizado mais divertido e eficaz. Jogos de tabuleiro ou aplicativos digitais podem ser adaptados para incluir vocabulário específico.

Promover sessões de leitura em grupo onde as crianças possam ler em voz alta e discutir histórias ajuda, não só, na prática da leitura, mas também no desenvolvimento da compreensão crítica (Gillon, 2007). A educação inclusiva deve ser guiada por princípios filosóficos que priorizem a dignidade humana e o respeito às diferenças. Paulo Freire destaca a importância da conscientização crítica no processo educativo, onde cada aluno deve ser visto como um sujeito ativo na construção do conhecimento (Freire, 1996).

Essa perspectiva é fundamental para criar um ambiente onde crianças com dislexia se

sintam valorizadas. A combinação de estratégias pedagógicas, psicopedagógicas e neurológicas pode transformar o aprendizado das crianças com dislexia. A implementação dessas abordagens requer colaboração entre educadores, pais e profissionais especializados para garantir um suporte eficaz.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para abordar a problemática dos transtornos específicos da aprendizagem na educação, a combinação de uma metodologia qualitativa com uma revisão de literatura se mostrou muito eficaz. Esse método de pesquisa permite uma análise aprofundada do tema, contemplando as experiências e percepções de diferentes atores envolvidos, como professores, alunos e familiares, ao mesmo tempo, em que fundamenta a discussão em dados teóricos e científicos disponíveis.

A metodologia qualitativa possibilita a coleta de dados descritivos e não numéricos por meio de técnicas como entrevistas, observações e análise de documentos, oferecendo uma compreensão mais abrangente dos impactos dos transtornos específicos da aprendizagem na educação, das estratégias utilizadas para enfrentar as dificuldades e das percepções dos diversos participantes do processo educativo (Gil, 2008). Minayo (1994) reforça que a investigação qualitativa se dedica à análise de valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Essa perspectiva é fundamental para captar a complexidade das experiências vividas por alunos com dificuldades de aprendizagem.

Por outro lado, a pesquisa bibliográfica envolve a análise de fontes relevantes, como livros, artigos científicos, relatórios e documentos oficiais relacionados ao tema. Essa análise contextualiza o problema e identifica conceitos-chave, teorias existentes e resultados de pesquisas anteriores. Segundo Gil (2002), essa fundamentação teórica é essencial para discutir e interpretar os dados qualitativos obtidos. A pesquisa bibliográfica é um método valioso para investigar ideologias ou analisar diversas posições acerca de um problema (Marconi, Lakatos, 2003).

Assim, ao articular a metodologia qualitativa que prioriza uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos com a abordagem bibliográfica que fornecem subsídios teóricos e científicos relevantes, pode-se considerar que a pesquisa poderá ser significativamente enriquecida. Essa integração facilita também a elaboração de propostas de intervenção mais eficazes no contexto educacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente necessidade de identificar e apoiar crianças com dificuldades de aprendizagem, especialmente aquelas que apresentam dislexia, torna-se imperativo que os educadores se aprofundem no estudo deste transtorno e em seus subtipos. A dislexia não é um fenômeno homogêneo; ela se manifesta de diversas maneiras, incluindo a dislexia fonológica, a dislexia superficial e a dislexia mista. Cada subtipo possui características únicas que exigem abordagens pedagógicas específicas para assegurar que todas as crianças recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento.

A dislexia fonológica, por exemplo, refere-se à dificuldade em processar os sons da fala e na manipulação dos fonemas, o que impacta diretamente na leitura e na escrita. Crianças com essa condição podem enfrentar desafios significativos ao decifrar palavras novas ou ao soletrar corretamente. Em contrapartida, a dislexia superficial envolve uma dificuldade maior em reconhecer palavras visualmente, resultando em erros frequentes na leitura de palavras irregulares ou de alta frequência. A dislexia mista, por sua vez, combina aspectos dos dois tipos anteriores, apresentando um quadro mais complexo que pode exigir intervenções multifacetadas e personalizadas.

Para lidar com essas especificidades, é fundamental que os educadores adotem métodos de ensino que sejam inclusivos e adaptáveis. O uso de abordagens multissensoriais que integrem audição, visão e tato mostrou-se particularmente eficaz para ajudar alunos com dislexia a desenvolver suas habilidades de leitura e escrita. Por exemplo, atividades lúdicas que envolvem jogos fonéticos, o uso de materiais concretos e a implementação de tecnologia assistiva podem facilitar a aprendizagem e tornar o processo educativo mais envolvente e acessível.

Além disso, é essencial promover um ambiente escolar onde as diferenças sejam não apenas respeitadas, mas também celebradas. Isso pode ser alcançado através da sensibilização de toda a comunidade escolar sobre as dificuldades de aprendizagem. A formação continuada dos professores é um pilar central nesse processo; educadores bem-informados estão mais bem equipados para identificar sinais precoces de dislexia e outras dificuldades, além de saber como implementar estratégias eficazes para apoiar esses alunos em suas jornadas educativas.

Investir na formação docente sobre transtornos de aprendizagem não é apenas uma necessidade premente; é uma responsabilidade social. Compreender as nuances da dislexia e sua inter-relação com outras dificuldades permite que os educadores se tornem verdadeiros cultivadores do potencial único de cada aluno. Esse investimento contribui não só para o

sucesso acadêmico individual das crianças, mas também para um ambiente escolar mais justo e igualitário.

Portanto, ao enfatizar a importância da formação contínua dos professores e a necessidade urgente de novas pesquisas nesta área, estamos cuidando das "plantinhas" do presente e garantindo um futuro mais promissor para cada criança. Ao unir esforços na promoção da educação inclusiva e personalizada, colheremos os frutos do desenvolvimento integral e do sucesso acadêmico para todos os estudantes.

Em conclusão, o compromisso com a inclusão e o suporte adequado aos alunos com dislexia não apenas beneficia esses estudantes individualmente, mas também enriquece toda a comunidade escolar ao promover um ambiente onde cada criança é valorizada por suas singularidades. Assim, ao se investir no entendimento profundo das dificuldades de aprendizagem e na formação adequada dos educadores, contribui-se significativamente para um futuro mais brilhante e igualitário. Essa dedicação à educação inclusiva não apenas transforma vidas individuais; ela molda sociedades mais empáticas e preparadas para acolher a diversidade em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, M. J. **Beginning to read: thinking and learning about print**. Cambridge: MIT Press, 1990.
- AJURIAGUERRA, J. de; MÖÖJEN, M. **Neuropedagogia: aspectos da psicologia e da educação**. São Paulo: Roca, 2001.
- ALMEIDA, P. N. de. **Educação e inclusão: práticas pedagógicas para a diversidade**. São Paulo: Cortez, 2015.
- Almeida, Tânia. **Dificuldades de Aprendizagem e Inclusão: Um Olhar Psicológico**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Ernani de Campos Porto. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- AUSUBEL, D. P. **The psychology of meaningful verbal learning**. New York: Grune & Stratton, 1982.
- BARBOSA, D. de O. **Práticas pedagógicas e gestão escolar: um estudo de caso**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BIRSH, J. R. **Multisensory teaching of basic language skills**. 3. ed. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co., 2011.
- BISHOP, D. V. M. **What causes specific language impairment?. Current Directions in Psychological Science**, v. 15, n. 5, p. 217-221, 2006.
- BRADLEY, L.; BRYANT, P. **Categorical speech perception and reading**. London: Routledge, 1983.
- BRASIL. **Lei nº 11.784**, de 22 de setembro de 2008. Institui a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 set. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2009. **Lei de Acesso à Informação**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2009.
- BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 27 dez. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.254**, de 29 de dezembro de 2021. **Política pública para pessoas com dislexia**. Diário Oficial da União, Brasília, 29 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996.

CAPELLINI, S. A.; *et al.* **Transtornos de aprendizagem**: da avaliação à intervenção. São Paulo: Memnon, 2009.

CARVALHO, A. L.; CRENITTE, Andréa M. de A.; CIASCA, Sílvia M. **Transtornos de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2007.

CIDRIN, S.; MADEIRO, C. **Intervenções psicopedagógicas no transtorno de aprendizagem**. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2017.

CLEIVA, A.; *et al.* **Transtornos de aprendizagem**: desafios no diagnóstico e na intervenção. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

DAVIS, R.; BRAUN, E. M. **O dom da dislexia**. 2. ed. São Paulo: Arqueiro, 2013.

DEHAENE, S. **Le cerveau lecteur: comment les neurosciences découvrent le mécanisme de la lecture**. Paris: Editions Odile Jacob, 2009.

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura**. Tradução: Cláudia Gerpe Duarte. Porto Alegre: Penso, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEWEY, J. **Democracy and education**: an introduction to the philosophy of education. New York: Macmillan, 1916.

DUFFY, G. **Learning and teaching in the digital age**. London: Routledge, 2020.

DURKHEIM, É. **A educação e a sociologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FLETCHER, J. M.; *et al.* **Learning disabilities**: from identification to intervention. New York: Guilford Press, 2007.

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, H. **Verdade e método**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GADOTTI, M. **Pedagogia e sociedade**: uma introdução à pedagogia crítica. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002
- GILLON, G. T. **Phonological awareness: from research to practice**. New York: Guilford Press, 2007.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Martins Fontes, 1963
- HATCHER, P. J.; *et al.* **Teaching literacy through phonics: a practical guide for teachers**. London: Routledge, 2006.
- HOUTE, E. **Transtornos de aprendizagem: avaliação e intervenção**. São Paulo: Manole, 2002
- INSTITUTO DATAFOLHA. **Pesquisa sobre educação inclusiva no Brasil**. São Paulo: Instituto Datafolha, 2019.
- JANNUZZI, R. **A inclusão no contexto educacional: desafios e práticas**. 2004. Disponível em: <http://www.rj.jannuzzi.com.br>. Acesso em: 17 dez. 2024
- JOSÉ, M. A.; COELHO, M. T. **Psicopedagogia: teoria e prática**. São Paulo: Libertad, 2001.
- KATZIR, T; *et al.* **The role of working memory in reading disabilities**. **Educational Psychology Review**, v. 18, n. 3, p. 243-260, 2006.
- KAUFFMAN, J. M. **Transtornos de aprendizagem: uma abordagem educacional**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2013
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LANHEZ, J.; NICO, A. **Psicopedagogia e transtornos de aprendizagem: intervenções e práticas educativas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- LYON, G. R.; SHAYWITZ, S. E.; SHAYWITZ, B. A. **A definition of dyslexia: the evolving consensus**. **Journal of Learning Disabilities**, v. 36, n. 3, p. 230-246, 2003.
- MAYER, R. E. **Multimedia learning**. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2020.
- MCINTYRE, C. **Teaching for understanding: a guide to the methods and techniques for teaching literacy to young learners**. London: Routledge, 2004.
- MCNAUGHTON, M. **Teaching literacy in the early years**. 2. ed. London: Routledge, 2003.
- MENDES, E. S.; PIMENTA, S. L. P. **Ensino e aprendizagem: desafios e práticas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MILLER, B.; *et al.* **Cognitive neuropsychology in learning disabilities**. **Neuropsychological Review**, v. 23, n. 1, p. 25-36, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOOJEN, M.; *et al.* **Neuropsicologia e educação: diagnóstico e intervenção nos transtornos de aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016

NUSSBAUM, M. C. **Creating capabilities: the human development approach**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

PAÍN, J. **La educación especial y los niños con deficiencia mental**. Madrid: Editorial Akal, 1985.

PATTERSON, G. R.; *et al.* **Antisocial behavior in children and adolescents: a developmental analysis and model for intervention**. Washington, DC: American Psychological Association, 1996.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RAMUS, F. **The neural basis of reading: a framework for examining individual differences**. *Dyslexia*, v. 9, n. 3, p. 23-42, 2003.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Harvard University Press, 1971.

REID, G.; FAWCETT, A. J. **Dyslexia in context: research, policy and practice**. London: Whurr Publishers, 2009.

RELVAS, R. **Transtornos de aprendizagem: avaliação e intervenção psicopedagógica**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2020.

REYNOLDS, C. R.; KAMPHAUS, R. W. **Behavior assessment system for children (BASC)**. 2. ed. Circle Pines: American Guidance Service, 2004.

RICŒUR, P. **From text to action: essays in hermeneutics II**. Evanston: Northwestern University Press, 1991.

ROSE, J. **Identifying and teaching children and young people with dyslexia and literacy difficulties: The Rose Report**. Nottingham: DCSF Publications, 2009.

ROTTA, N.; OHLWEILER, Luiza; RIESGO, Olga. **Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na educação escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SHAYWITZ, S. E. **Overcoming dyslexia: a new and complete science-based program for reading problems at any level**. New York: Alfred A. Knopf, 2005

SHAYWITZ, S. E.; SHAYWITZ, Bennett A. **Dislexia: o que é e como ajudar a criança a superá-la**. 2. ed. São Paulo: Editora Manole, 2005.

SHERMAN, M.; COHEN, B. **Psychological approaches to learning disabilities**. New York:

Academic Press, 2007.

SILVA, T. M. da. **Teoria pedagógica e prática educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SINGLETON, C. **Interventions for dyslexia**: a review of published evidence on the impact of specialist dyslexia teaching. London: British Dyslexia Association, 2009.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975

SNOWLING, M. J. **Dyslexia**. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

SNOWLING, M. J.; HULME, Charles. **The science of reading**: a handbook. 2. ed. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

SOUZA, A. P. de. **O ensino e a prática pedagógica no contexto atual**. São Paulo: Pearson, 2018.

SOUZA, M. E. de. **Educação, ética e formação do educador**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

STEIN, J. **Learning disabilities**: an overview. London: Sage Publications, 2001.

SWANSON, H. L.; *et al.* **Memory and learning in children with learning disabilities**. Journal of Learning Disabilities, v. 48, n. 6, p. 567-579, 201

TALCOTT, J.; *et al.* **A leitura e a escrita**: uma abordagem neuropsicológica. São Paulo: Memnon, 2000.

TORGESEN, J. K. **The prevention of reading difficulties**. Journal of School Psychology, v. 40, n. 1, p. 7-26, 2002.

Teixeira, Ana. **Psicologia e Educação**: O Papel do Psicólogo na Inclusão Escolar. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre necessidades educativas especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, Salamanca, Espanha, 1994

UNICEF. **Educação inclusiva**: compromisso com a diversidade. São Paulo: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2013.

UNICEF. **Situação mundial da infância 2013**: crianças e a migração internacional. Nova York: UNICEF, 2013.

VELLUTINO, F. R.; *et al.* **Specific reading disability (dyslexia)**: what have we learned in the past four decades? Journal of Child Psychology and Psychiatry, v. 45, n. 1, p. 2-40, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978

WAGNER, R. K. **The science of reading and its implications for teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WECHSLER, D. WISC-V: **Escala de inteligência Wechsler para crianças**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

ZIMMERMAN, B. J. **A autoeficácia: o papel da autoeficácia na aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.